A IGUALDADE DOS GENITORES/RESPONSÁVEIS NO DIREITO DE FAMÍLIA

Thayná Simões Rosa Amorim

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

THAYNÁ SIMÕES ROSA AMORIM

A IGUALDADE DOS GENITORES/RESPONSÁVEIS NO DIREITO DE FAMÍLIA

1ª ed.

Piracanjuba-GO
Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO

1ª ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

AMORIM, THAYNÁ SIMÕES ROSA
A524A A IGUALDADE DOS GENITORES/RESPONSÁVEIS NO DIREITO DE FAMÍLIA
/ THAYNÁ SIMÕES ROSA AMORIM. – Piracanjuba-GO

Editora Conhecimento Livre, 2021

57 f.: il

DOI: 10.37423/2021.edcl401

ISBN: 978-65-5367-021-1

Modo de acesso: World Wide Web

Incluir Bibliografia

1. direito 2. família 3. igualdade 4. poder-familia I. AMORIM, THAYNÁ SIMÕES ROSA II. Título

CDU: 340

<https://doi.org/10.37423/2021.edcl401>

O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Corpo Editorial

Dr. João Luís Ribeiro Ulhôa

Dra. Eyde Cristianne Saraiva-Bonatto

MSc. Frederico Celestino Barbosa

MSc. Carlos Eduardo de Oliveira Gontijo

MSc. Plínio Ferreira Pires

Editora Conhecimento Livre

Piracanjuba-GO

2022

10.37423/2021.edcl401

Dedico este trabalho a todos os meus amigos de curso, que de certa forma me ajudaram bastante e que juntos conseguimos concluir mais uma etapa, cujo não foi fácil, exigiu muita dedicação e incentivo entre nós, mas conseguimos.

Agradeço primeiramente a Deus por tornar as oportunidades possíveis e permitir a presença de obstáculos entre os caminhos, pois sem eles não nos fortalecemos. Agradeço em especial minha mãe, que esteve comigo presente desde o começo, dando força e incentivo, e aos demais familiares. Aos amigos de verdade que escutaram meus choros e amigos que conheci durante o período acadêmico. Por fim, estendo meus agradecimentos aos professores que tive o prazer de conhecer e absorver nem que seja um pouco do conhecimento de cada, e em particular minha orientadora Auriluce Pereira Castilho que teve muita paciência e compreensão durante esses poucos meses de monografia.

“Somos todos iguais na nossa essência.” Joseph Stalin

Resumo: O presente trabalho tem como tema: A igualdade dos genitores/responsáveis no Direito de Família, cujo versa responde à seguinte indagação: como vem sendo aplicado à igualdade dos genitores/responsáveis nos conflitos existentes nas ações de família? O objetivo geral do tema é explicar sobre a igualdade entre os genitores/responsáveis na efetivação dos direitos referentes das questões inerentes ao direito de família garantindo a proteção das crianças e dos adolescentes, e os específicos são: estudar o direito de família na constituição federal de 1988; explorar o ramo das ações de família; e definir a igualdade entre os gêneros perante o ordenamento jurídico. Este estudo se justifica para em um primeiro ponto explicar e demonstrar a possibilidade da guarda das crianças e dos adolescentes serem decretadas para o pai, demonstrando a aplicação do princípio da isonomia e da igualdade. Outro ponto que justifica o estudo é o crescente número de divórcio e ações de família que vêm acontecendo ao longo dos anos. Como meio de fomentar uma possível resposta para a pesquisa, vale ressaltar que de acordo com a Constituição vigente, prevalece sobre os outros direitos o princípio da igualdade, do qual decorre o princípio da isonomia, nesse sentido, não deve haver nenhum empecilho para que o genitor possa de igual modo obter a guarda das crianças no processo judicial de divórcio e guarda e demais institutos, tendo que ser levada em consideração o melhor interesse da criança e adolescente. Para alcançar o objetivo e ainda responder a problemática levantada teve como abordagem metodológica o uso de uma pesquisa bibliográfica e documental, tendo como materiais primários doutrinas e artigos científicos e materiais secundários por meio do uso da jurisprudência dos tribunais em relação a esse direito, com a abordagem dedutiva, cujo também faz se presente aspectos interdisciplinares diante do tema, abordando diversas áreas conexas.

Palavras chave: Direito. Família. Igualdade. Poder Familiar.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E O DIREITO DE FAMÍLIA	9
2.1 DIREITOS FUNDAMENTAIS E A HIERARQUIA CONSTITUCIONAL	10
2.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DE FAMÍLIA - ARTIGO 226 CF/88	12
2.3 OS PRINCÍPIOS QUE DIRECIONAM A BASE FAMILIAR	14
2.4 ENTIDADES FAMILIARES PERANTE O DIREITO	16
2.5 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	18
3. AÇÕES DE FAMÍLIA.....	21
3.1. EVOLUÇÃO NO NOVO CPC/15	21
3.2 PROCEDIMENTOS.....	23
3.3 GUARDA E ALIMENTOS	25
3.4 FILIAÇÃO: RECONHECIMENTO E INVESTIGAÇÃO	28
3.5 ADOÇÃO - LEI Nº 13.509/17	30
3.6 VISITAÇÃO	31
4. A IGUALDADE ENTRE OS GÊNEROS NO DIREITO DE FAMÍLIA.....	32
4.1. DEFINIÇÃO DE GÊNERO	32
4.2. PRINCÍPIO DA IGUALDADE/ISONOMIA.	34
4.3. A IGUALDADE PERANTE O ORDENAMENTO JURÍDICO	36
4.4. PROCEDIMENTOS JUDICIAIS – CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO	41
4.5. JULGADOS.....	44
5. CONCLUSÃO.....	47
6. REFERÊNCIAS	50

1. INTRODUÇÃO

A evolução histórica e legislativa levou o direito de família conhecido anos atrás para outro nível, ficando livre do modelo tradicionalista de famílias, a possibilidade do divórcio e sua facilitação ao longo dos anos, bem como alterações referentes a interpretação de filhos havidos fora do casamento, filhos adotivos e até mesmo de casais formados por pessoas do mesmo sexo.

É fato que o direito de família e o conceito de família passaram por inúmeras evoluções ao longo dos anos, sendo hoje vários tipos de famílias existentes, que vão desde o modelo tradicional, até famílias monoparentais. O tópico das entidades familiares será abordado no decorrer do presente trabalho, explorando que as famílias monoparentais, ou seja, formadas por apenas um dos cônjuges e os filhos, passaram a ser mais comuns.

Diante disso o objeto de estudo do presente trabalho é a igualdade no direito familiar, busca-se com o presente trabalhar estudar os aspectos da igualdade aplicados no âmbito familiar em especial nos conflitos existentes nas ações de família referente a guarda e visitas dos filhos.

Diante desses inúmeros conflitos e do crescente número de divórcios, o presente estudo busca resolver a seguinte questão: Como vem sendo aplicado à igualdade dos genitores/responsáveis nos conflitos existentes nas ações de família?

O objetivo geral do presente trabalho é explicar a igualdade entre os genitores/responsáveis na efetivação dos direitos referentes às questões inerentes ao direito de família, garantindo a proteção dos menores. Sendo os objetivos específicos: estudar o direito de família na Constituição Federal de 1988; explorar o ramo das ações de família; e definir/conceituar igualdade entre gêneros perante o ordenamento jurídico.

O presente estudo se justifica para em um primeiro ponto explicar e demonstrar a possibilidade da guarda dos menores serem decretadas para o pai, demonstrando a aplicação do princípio da isonomia e da igualdade. Outro ponto que justifica o estudo é o crescente número de divórcios e ações de família que vêm acontecendo ao longo dos anos. E, por fim, o estudo se faz relevante dada à contribuição acadêmica que pode fornecer aos demais colegas, tendo em vista existir um número restrito de obras nesse sentido, sendo fundada em sua maioria por entendimento jurisprudencial.

Como meio de fomentar uma possível resposta para a pesquisa, vale ressaltar que de acordo com a Constituição vigente, prevalece sobre os outros direitos o princípio da igualdade, do qual decorre o princípio da isonomia, nesse sentido, não deve haver nenhum empecilho para que o genitor possa de

igual modo obter a guarda das crianças no processo judicial de divórcio e guarda e demais institutos, levando em consideração o melhor interesse do menor.

A metodologia de pesquisa do presente trabalho de conclusão realizou-se com uma pesquisa bibliográfica e documental, consistindo na exploração de materiais já prontos, como doutrinas, artigos, revistas jurídicas e jurisprudências, buscando uma análise completa acerca do tema. Tem por abordagem a dedutiva, que é quando se parte de uma premissa geral e aborda um tema específico, com o cunho qualitativo, ou seja, não busca expor com números e dados estatísticos, mas sim de um modo mais genérico e abstrato, olhando o conteúdo como um todo.

Além do mais, se faz presente aspectos interdisciplinares, que são as conexões entre disciplinas, a interação do tema em diversas áreas, como se observa ao analisar o trabalho. São presentes no ramo do Direito, o Direito de Família, o Direito Civil e o Direito Processual Civil, e também se faz presente ao ramo da Psicologia.

Sendo assim, o primeiro tópico do trabalho buscou abordar o direito de família na Constituição Federal. Ou seja, realizou um estudo interdisciplinar dos ramos do direito buscando trazer os princípios do direito de família tanto no Código Civil quanto na Carta Magna brasileira, com principal destaque no princípio da igualdade.

Em um segundo momento foi estudado as ações de família, a parte processual e material do direito de família nos tribunais, abordando as ações de divórcio, guarda entre as demais ações que compõem o direito processual da família, demonstrando como acontece dentro dos tribunais a igualdade no direito de família.

Por último, buscou demonstrar o princípio da igualdade na relação familiar, em especial a igualdade de gêneros, especificamente em relação a guarda das crianças, foi utilizada a doutrina e a legislação brasileira para expor e responder a questão levantada no trabalho, bem como o uso de julgados para dar robustez e apresentar como os tribunais vêm interpretando o presente assunto.

2. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E O DIREITO DE FAMÍLIA

No que tange a Constituição Federal de 1988, trouxe diversas inovações sobre o Direito de Família. Assegurando a isonomia entre os cônjuges, entre os filhos, havidos ou não durante o casamento, sendo também os adotados, estipulando para todos igualdade perante o ordenamento familiar. Proibindo-se assim, quaisquer discriminações entre todos.

Estipulando também a questão afetiva entre as partes no âmbito jurídico, assim que nomeado a paternidade afetiva, como Guilherme Almeida cita em seu artigo Maria Berenice:

Ser pai era considerado algo da ordem natural e da ciência, mas as mudanças socioeconômicas e culturais que consolidam nos últimos tempos, juntamente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, mostram-nos que a paternidade requer envolvimento afetivo e primordialmente resguardar a dignidade da pessoa humana e o interesse da criança.¹

Com isso, a paternidade vem sendo fundada com o passar do tempo com o afeto se construindo, formando laços de convivência. Resguardando sempre o princípio da dignidade humana e a vontade do menor.

Visto que a Constituição considera a família como base da sociedade, sendo protegida pelo Estado, ela consagrou princípios que ajudam a solucionar os conflitos familiares, e também a filiação afetiva e o reconhecimento de deveres e direitos sobre esta filiação.

2.1 DIREITOS FUNDAMENTAIS E A HIERARQUIA CONSTITUCIONAL

Na hierarquia constitucional, a Constituição Federal de 1988 se fez valer sobre muitos conceitos, trazendo para o ordenamento jurídico princípios para solucionar conflitos entre os membros da família e também a questão da filiação afetiva.

Com esta filiação afetiva, observa-se que o emocional entre os indivíduos é de extrema importância. Guilherme Almeida relata que "sem dúvida é o papel principal, onde se constata que há flexibilidade e mais intensidade, reavivando, [...] o reconhecimento de laços afetivos".

No que diz respeito ao ordenamento jurídico (Código Civil de 1916) vigente no século passado, a família era constituída devido o casamento, sendo patriarcal e hierárquica (tendo como base no princípio da autoridade, autoridade está em decorrência da figura masculina, deixando a mulher subordinada a esta autoridade).

Já com a promulgação da Constituição Federal de 1988, vieram as alterações, sendo uma delas a de enfatizar a dignidade da pessoa humana. Como Rolf Madaleno² menciona "o Direito de Família passou a ser balizado pela ótica dos valores maiores da dignidade e da realização da pessoa humana".

Além do mais, abordaram o planejamento familiar e a assistência à família, disposto no artigo 226, §§7º e 8º. O planejamento familiar deve ser fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e na paternidade responsável.

Como Carlos Roberto aborda,

Todas as mudanças sociais havidas na segunda metade do século passado e o advento da Constituição Federal de 1988, com as inovações mencionadas, levaram à aprovação do Código Civil de 2002, com a convocação dos pais a uma “paternidade responsável” e a assunção de uma realidade familiar concreta, onde os vínculos de afeto se sobrepõem a verdade biológica, após as conquistas genéticas vinculadas aos estudos do DNA.³

Com a Constituição Federal e o Código Civil de 2002, a responsabilidade paterna atribuiu-se maior importância, refletindo sobre o assunto é que tanto o homem quanto a mulher estão em equilíbrio familiar para cuidar de sua prole. Cujo artigo 1.511 do CC/2002 traz a igualdade entre o cônjuge.

[...] ao direito de família demonstram e ressaltam a função social da família no direito brasileiro, a partir especialmente da proclamação da igualdade absoluta dos cônjuges e dos filhos, da disciplina concernente à guarda, manutenção e educação da prole, com a atribuição de poder ao juiz para decidir sempre no interesse desta e determinar a guarda a quem revelar melhores condições de exercê-la, bem como para suspender ou destituir os pais do poder familiar, quando faltarem aos deveres a ele inerentes.⁴

O patriarcado ficou no passado e a modernidade veio gradativamente. No passado o homem tinha o papel de trabalhar e a mulher unicamente ficava em casa para cuidar dos filhos, mas isso mudou, de modo a visibilizar que o homem pode sim cuidar de seus filhos, desde que tenha condições para tal, de acordo com a igualdade entre os cônjuges.

Além do mais, tivemos outras alterações importantes que devemos ressaltar, como o término da sociedade conjugal, cuja mudança se deu com a aprovação da Emenda Constitucional nº 66, de 13 de Julho de 2010.

Embora no que decorre do passado, era possível através de duas modalidades, a dissolução do casamento e a separação judicial. Dispostos no artigo 226, §6º da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 1.571 a 1.582 do Código Civil de 2002. A separação judicial poderia ser consensual ou litigiosa, e a dissolução seria por meios: extrajudicial, judicial indireta e direta.

A Constituição estabelecia que o casamento pudesse ser dissolvido logo após separação judicial por mais de um ano ou por dois anos se comprovado separação de fato (através do divórcio). Já no Código Civil trás os institutos da separação judicial e do divórcio. O artigo 1.571 tem em sua descrição os meios de terminar a sociedade, exemplo o primeiro inciso que menciona a morte de um dos cônjuges.

A Emenda Constitucional veio para alterar exclusivamente o artigo da Carta Magna, retirando a legenda antiga, que era “pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos”, para

“pode ser dissolvido pelo divórcio”, facilitando a vida do casal, pois não se fazem necessários os requisitos de prazo.

Como de fato cita Luiz Santos⁵,

Pela simples leitura do parágrafo em análise percebe-se que o legislador suprimiu exatamente as informações referentes à separação judicial e o seu prazo para conversão em divórcio, e ao prazo para o divórcio direto, no caso de separação de fato. Os termos separação judicial, separação de fato e os seus respectivos prazos foram absolutamente suprimidos da redação legal, sendo também suprimidos como requisitos para o divórcio.

Visto que as mudanças vieram gradativamente, a evolução no Direito de Família se fez necessária para que ambas as partes se valessem do mesmo direito, estipulando-se assim um nível de igualdade sobre os cônjuges. Sendo que a família é denominada em diversas doutrinas, um dos pilares mais importantes para o âmbito jurídico e vem evoluindo gradativamente ao longo dos anos.

2.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DE FAMÍLIA - ARTIGO 226 CF/88

Não é novidade para nenhum cidadão que a família é a base da sociedade, cujo sendo a descrição do artigo 226 da Constituição Federal/88, “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”, sendo um dos principais pilares para a organização do ordenamento jurídico, porém, a definição de família é ampla, admitindo-se assim vários significados.

Um desses significados abrange a questão religiosa, onde para construir a família, deve-se constituir o casamento, definição essa esclarecida pela citação de Arnaldo Wald que Gabriella Borges menciona, “A família era, então, simultaneamente, uma unidade econômica, religiosa, política e jurisdicional. Inicialmente, havia um patrimônio só que pertencia à família, embora administrada pelo pater.”⁶

Tal significado é complementado pelo conceito de Direito de Família nos dizeres da autora Maria Helena Diniz, que é citada por Clarissa Barreto:

O Direito de Família é o complexo de normas que regulam a celebração do casamento, sua validade e os efeitos que dele resultam, as relações pessoais e econômicas do matrimônio, a dissolução deste, a união estável, as relações entre pais e filhos, o vínculo de parentesco e os institutos complementares da tutela e curatela.⁷

Com isso, o Direito de Família têm por suas fontes primárias, o Direito Canônico que diz que a família deve-se ser construída com a união do homem e da mulher diante do matrimônio, e o direito português sendo visado pelos costumes trazidos.

Além da necessidade de seguir a legislação do reino e o Direito Canônico, também tinham que respeitar as normas das obras tratadistas especializados na época, conhecidas como “manuais de casamento” que se destinavam a regulamentar o comportamento do homem na sociedade conforme as boas maneiras e a ética e também para auxiliar na escolha da mulher, indicando os defeitos femininos e o que deve ser reprimido depois do casamento, mostrando que após as boas escolhas o casamento é ato fundamental para a constituição da família e engrandecimento da nação portuguesa, enfatizando ao homem as qualidades, defeitos e os comportamentos que devem ser seguidos pela mulher que tornaria esposa, evitando o adultério e os pecados do ponto de vista da moral e da religião.⁸

A escolha de uma boa mulher era de extrema importância, para evitarem uma futura separação. Este ponto levanta a questão essencial do sistema patriarcal, cujo foi o vigente durante muito tempo, o homem tinha total poder sobre todos os membros de sua família, sem contar em alguns quesitos mais específicos sobre sua mulher.

Como o próprio artigo 233 do Código Civil/1916 faz menção que o marido é o chefe da união, sendo atribuída à mulher a parte de colaboradora dos encargos de sua família. Já na referência à filiação, Luciano⁹ ilustra que: “havia notória distinção entre os filhos legítimos e ilegítimos, naturais e adotivos, que era devidamente registrada no assento de nascimento a origem da filiação”. A guarda era relacionada à culpa resultante da separação, sendo atribuída ao consorte não culpado.

Já em meados do ano de 1949 entrou em vigor a Lei de número 883 que trazia o reconhecimento dos filhos ilegítimos, por ação de reconhecimento de filiação. Obtendo direito a alimentos provisórios e a herança.

As mudanças foram acontecendo diante dos passares dos anos, e em 1962, foi publicada a Lei de número 4.121, que atribuía à situação da mulher casada, seguinte citação de Luciano Barreto,

Revogou vários dispositivos do Código Civil de 1916 e dentre outros direitos, a mulher obteve aquele de exercer o poder familiar, ainda que constituísse novo casamento. Contudo, essa atividade ainda era bastante restrita, considerando que a redação do parágrafo único do artigo 380, explanava que, caso houvesse divergência entre os genitores, quanto ao exercício do pátrio poder, prevaleceria à decisão do pai, ressalvado à mãe o direito de recorrer ao juiz para a solução daquele conflito.¹⁰

Após isso, a mulher deixou de ser colaboradora e iniciou sua posição na sociedade familiar. Podendo-se assim interferir nos dizeres administrativos do lar, mesmo que no final da citação diz que em divergências o que prevalecia era à decisão paterna. Ao passar 15 anos, editaram a Emenda Constitucional de número 09 possibilitando o divórcio após separação judicial.

Contudo, a alteração mais elaborada ao benefício da Família foi a da Carta Magna de 1988, trazendo uma nova abordagem que enfatiza os princípios e direitos conquistados pela sociedade.

Esta nova estrutura (...) trouxe nova base jurídica para auferir o respeito aos princípios constitucionais, tais como a igualdade, liberdade e dignidade da pessoa humana. Esses princípios também foram transportados para a seara do Direito de Família e a partir deles foi transformado o conceito de família, que passou a ser considerada uma união pelo amor recíproco.¹¹

Podemos interpretar assim que a CF/88 priorizou os princípios para então, focar na proteção da entidade familiar introduzindo a consideração de família sentimentos recíprocos, buscando igualdade entre os filhos, vedando discriminação na origem desta filiação e demais benefícios.

2.3 OS PRINCÍPIOS QUE DIRECIONAM A BASE FAMILIAR

No tocante aos princípios basilares da família, podem-se descrever inúmeros, mas vamos iniciar com o mais abordado não só em questão familiar, mas no âmbito geral da pessoa humana. Que é o princípio da dignidade humana, este princípio pode-se dizer que é um dos mais importantes na sociedade jurídica, além de englobar todos os outros princípios traz os valores essenciais para os cidadãos.

Listam-se esses valores decorrentes do princípio como: a liberdade, autonomia privada, cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho, da livre iniciativa e o pluralismo político. Valores que foram atribuídos após muitas conquistas merecidas.

A autora Clarissa contextualiza,

Toda família possui a sua proteção devido ao fato de ser uma instituição, reprodução de valores culturais, éticos, religiosos e econômicos, dando assim lugar à tutela essencialmente funcionalizada à dignidade dos membros, principalmente para crescimento e desenvolvimento da personalidade dos filhos, desta forma a formação familiar respeita primeiramente a liberdade e dignidade humana, posto que, todos possuem livre escolha e desenvolvimento para atingir a felicidade dentro da união familiar.¹²

Em seguida, vêm o princípio da paternidade responsável, cuja está descrita no artigo 226, § 7º da Constituição Federal/88 onde descreve que “o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas”.

Isto é, o casal tem a livre autonomia de decidir sobre sua família, com base no princípio anterior, o da dignidade da pessoa humana, sendo responsabilidade de ambos. Junto com o Estado atuando da forma secundária, não interferindo no planejamento dos cônjuges.

Conforme Clarissa cita Roberto Lisboa, "o Estado deve proporcionar o mínimo indispensável para que o planejamento familiar possa ser realizado a contento, fornecendo os recursos educacionais e científicos para que se fizerem necessários para tanto".¹³

Este princípio é fundado nas diretrizes do direito paternal, onde os pais têm responsabilidade sobre seus filhos, no devido dever de cuidar e provê-los e o planejamento familiar que condiz nas escolhas de sua prole.

Com isso, temos o princípio do planejamento familiar que já iniciamos com o artigo anterior. Em complemento, o artigo 1.565 do Código Civil de 2002 enfatiza que "o planejamento familiar é de livre decisão do casal", vedando impedimentos realizados por Instituições públicas ou privadas.

Segundo Clarissa Barreto,

Para que seja respeitado o exercício do planejamento familiar é de supra importância que haja autonomia da dignidade humana, posto que o homem e a mulher possuem direito de escolher quantos filhos desejam ter e para que os tenha, exatamente por serem portadores de direitos fundamentais, ou seja, garantias à autonomia para fazer as suas escolhas com liberdade e consciência.¹⁴

Sendo assim, o casal tem o livre direito de escolha sobre sua prole, podendo aumentar ou manter como desejar, desde que atue com sabedoria e junto o princípio da dignidade humana, já que é voltado para todos.

Afeiçoado a este princípio, temos o princípio da liberdade, com o mesmo conceito da livre decisão sobre o planejamento familiar, temos o de exercer a livre vontade de casar, podendo escolher o regime de bens, separar, divorciar, entre outros.

Como Maria Helena diz, mencionada por Kaique Freire¹⁵ em seu artigo,

O princípio da liberdade refere-se ao livre poder de formar comunhão de vida, a livre decisão do casal no planejamento familiar, a livre escolha do regime matrimonial de bens, a livre aquisição e administração do poder familiar, bem como a livre opção pelo modelo de formação educacional, cultural e religiosa da prole.

Este princípio é relacionado ao princípio da autonomia privada, cujo particular pode atribuir a escolha e o auto regulamento de sua vida, buscando melhores escolhas, sendo elas para uma boa educação, cultura, religião e até mesmo a prole.

Em seguida, temos o princípio da afetividade, neste princípio o principal requisito é a afeição entre as partes, a vontade de constituir a família deve existir para ambos. Não está prevista na Constituição, mas de uma forma implícita, sendo interpretada como um elemento inspirador da família.

Com os dizeres de Rolf Madaleno, citado pelo mesmo autor anteriormente,

O afeto é a mola propulsora dos laços familiares para dar sentido e dignidade à existência humana. Nos vínculos de filiação e parentesco a afetividade deve estar sempre presente, pois os vínculos consanguíneos não se sobrepõem aos liames afetivos, ao contrário, a afetividade pode sobrepor-se aos laços consanguíneos.¹⁶

Para Kaique Freire a mulher tem um papel significativo com este princípio,

A mulher passa a ser independente do marido, fazendo com que a família se reúna com base no afeto, na vontade de formar um conjunto, distanciando daquele casamento subordinado, onde a mulher casava-se por questões econômicas e de sobrevivências.¹⁷

Como tudo, o patriarcado sempre se manteve presente nas relações familiares restringindo em inúmeras vezes a escolha feminina, mas para este princípio não, deve-se existir a afetividade da mulher para constituí-lo.

Por último, o princípio da igualdade jurídica dos cônjuges e companheiros, previsto no artigo 226 §5º da Constituição, diz que é direito e dever sobre o que diz respeito ao casamento igualdade entre o casal. Abrangendo a todos os modelos de família, visa a isonomia constitucional com que distingue a dignidade humana.

Embora que os princípios são alguns dos pilares que direcionam a família, as entidades familiares também se baseiam para tal direcionamento, pois são perante a elas que nomeiam possíveis grupos, sendo eles: o casamento, união estável e a família monoparental.

2.4 ENTIDADES FAMILIARES PERANTE O DIREITO

As entidades familiares estão dispostas de forma explícita no artigo 226 da Constituição Federal/88, começando com casamento, que está nos parágrafos 1º e 2º, sem seguida a união estável no parágrafo 3º e família monoparental no parágrafo 4º. Além da Carta Magna, os demais códigos também visam às entidades.

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. (Regulamento)

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

O Casamento é a entidade mais conhecida e tradicional, obtendo-se assim por um negócio jurídico entre duas pessoas, disposto no artigo 1.511 do Código Civil que estabelece a comunhão plena de vida, com os deveres e direitos dos cônjuges visando à igualdade, os deveres estão previstos no artigo 1.566 do mesmo código, sendo um deles a fidelidade recíproca.

Nos dizeres de Danilo Lima,

Com essa nova concepção de família, não havia mais como o casamento continuar como aquele visto pelo Direito Canônico, galgado de imperatividade decorrente do pátrio poder. Dessa forma, em que pese o instituto do casamento continuar presente no nosso ordenamento jurídico – continuando a ser a entidade familiar com maior incidência na sociedade atual –, ele evoluiu juntamente com o Direito de Família no todo.¹⁸

A nova concepção mencionada se faz relação com os princípios já falados, principalmente com o da afetividade, que dispõe que a família deve ser constituída com afeição entre as partes, deixando assim a consideração de que o “casamento” é apenas uma das espécies. A União Estável por sua vez, mediante o artigo 1.723 do Código Civil, se caracteriza pela convivência pública, contínua e duradoura tendo objetivo de constituir família.

Devido se tratar de algo meramente formal, era vista com negação por influência da religião, já que no Catolicismo o casamento era a única forma de entidade familiar. Mas, com o entendimento da Constituição, ambos terem semelhança, findou a proteção legal para esta união. Como diz Danilo Lima,

[...] duas pessoas que viveram por anos uma relação de convivência e mútua assistência moral e econômica, não podem ficar desprotegidas no caso de uma dissolução. Não é razoável que, mesmo depois de anos juntos, dois indivíduos que conviveram com o intuito de constituir família, mas que, por qualquer que seja o motivo não quiseram levar a relação aos procedimentos do casamento, e construíram patrimônio através do esforço comum, compartilharam afeto, não tenham direitos equiparados às pessoas casadas.¹⁹

Seguindo ainda a Constituição, temos a família monoparental, tem por característica a ausência de um dos pais, em conceito bem amplo, Erika Lima trás o entendimento de Rolf Madaleno,

[...] é fruto, sobretudo, das uniões desfeitas pelo divórcio, pela separação judicial, pelo abandono, morte, pela dissolução de uma estável união, quando decorrente da adoção unilateral, ou ainda da opção de mães ou pais solteiros que decidem criar sua prole apartada da convivência com o outro genitor.²⁰

Tem também as famílias anaparentais; que tem como característica a ausência dos pais, podendo haver ou não laços sanguíneos, mas que possuem afeto. Sendo a convivência de demais pessoas obtendo propósitos em comum. E a pluriparental; podendo ser chamada de mosaico, devido ser constituída por demais famílias cujo foram desfeitas por inúmeros motivos.

Além dessas, foram acrescentando outros conceitos e descrições de famílias, isso para buscar similaridades entre todos e harmonia tanto no ordenamento jurídico como para os demais grupos, relata-se também as famílias eudenomistas, as famílias homoafetivas e as famílias unipessoais.

As famílias eudenomistas, são referenciadas a busca das realizações de seus membros, sendo caracterizada por afeto recíproco, consideração e respeito mútuo entre eles. Sendo independente de laços consanguíneos ou não.

As famílias homoafetivas são as famílias constituídas por casais do mesmo sexo, seja por homens ou mulheres, sendo considerada família se preencher os requisitos necessários, sendo um deles a afetividade, estabilidade e ostensibilidade, buscando a finalidade de constituir o lar.

Agora as famílias unipessoais, são constituídas por uma única pessoa provedora do lar, sendo ela homem ou mulher, solteiro (a), separado (a), divorciado (a) ou viúvo (a). Para obter proteção familiar, o Supremo Tribunal de Justiça, estabeleceu a súmula 364 “O conceito de impenhorabilidade de bem de família abrange também o imóvel pertencente a pessoas solteiras, separadas e viúvas”.

Ressalta-se que todas as definições de famílias são amparadas de certa forma pelo âmbito jurídico, e com as famílias, deve-se destacar o amparo (sendo no Estatuto da Criança e do Adolescente) dos membros menores; ou seja, as crianças, que compõem a família.

2.5 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Inicia-se com o princípio da proteção integral, que tem sua finalidade com a Constituição Federal de 1988. Neste princípio é garantido que as crianças e os adolescentes são sujeitos de direitos, sobre sua família, a sociedade e ao Estado.

Seguindo Wesley Gomes,

O princípio da proteção integral, em síntese, norteia a construção de todo o ordenamento jurídico voltado à proteção dos direitos da criança e do adolescente. Parte do pressuposto de que tais seres humanos não são detentores de capacidade de exercício, por si só, de seus direitos, necessitando, por isso, de terceiros (família, sociedade e Estado) que possam resguardar os seus bens jurídicos fundamentais, consagrados na legislação específica, até que

se tornem plenamente desenvolvidos físico, mental, moral, espiritual e socialmente.²¹

Com isso, têm-se o tocante Estatuto da Criança e do Adolescente nº 8.069, de 13 de Julho de 1990, é a lei que dispõe os direitos e deveres das crianças e dos adolescentes, perante a Constituição Federal/88 temos o artigo 227 que descreve:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Além deste artigo, ainda temos o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, que fala:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Como isso, a família deve cuidar e prover a criança e o adolescente durante seu desenvolvimento, com absoluta prioridade, sendo responsável pelo menor, e resguardar um âmbito familiar agradável e afetivo. Ressaltando sempre os princípios basilares da família, sendo ela de sangue ou não.

A advogada Stephanie Pinheiro cita,

Dentre os deveres da família para a devida efetivação dos direitos da criança e do adolescente está o registro do filho e seu direito ao estado de filiação, dever de guarda e o direito fundamental de ser cuidado, o dever de criar e educar o filho, e seu direito à educação e a profissionalização, o dever de sustento e a assistência material e imaterial e direito ao afeto.²²

São deveres básicos, como o do registro, é um direito fundamental da própria criança. Obtendo a facilidade de identificação do menor no meio social, tornando-se cidadão de fato e de direito. O direito de guarda vem mediante o artigo 22 do Estatuto da criança e do adolescente, sendo dever dos pais, e direito do filho de ser reconhecido e guardado enquanto estiver morando com seus pais. Ressalta-se que se esse dever for ferido, é responsabilidade dos pais quaisquer danos que o menor sofrer.

Sendo também o dever de cuidar que consiste em zelar, buscando não faltar nada. O dever de criar e educar limitando-se no desenvolvimento como pessoa, figurado no artigo 229 da Constituição Federal/88, “os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade”. Sendo proposta a matrícula escolar.

Afirma Andrea Amorim, cujo é citada por Stephanie,

Educar significa orientar a criança, desenvolvendo sua personalidade, aptidões e capacidade, conceder instrução básica ou elementar, ensino em seus graus subsequentes, incluindo a orientação espiritual, tudo dentro do padrão da condição socioeconômica dos pais.²³

Isto é, a educação de um pai para um filho, vai bem mais além do que a leis descrevem, pois ensinar o que é o certo e o erro não está disposto no ordenamento jurídico, e sim no senso comum, buscando assim uma tentativa de transmitir de certa forma o caráter para os pupilos. Devendo ter também, a atenção, o amor, o carinho e a compreensão para terem um ambiente saudável na medida do possível.

Caso ocorra descumprimento dos deveres por decorrência dos pais, é passível de penalidade. Ocorrendo a intervenção do Estado para que sejam garantidos os deveres e os direitos dos menores, como menciona Stephanie,

Havendo o não cumprimento do dever de assistência material ou imaterial, os pais estarão sujeitos a penas determinadas pela Vara da Infância e da Juventude. Se não existe afeto entre pais e filhos ou vice-versa, e se os pais abandonarem seus filhos sem motivo justificado pode caracterizar em até dano moral em face da criança conforme o artigo 292 do Código de Processo Civil gerando responsabilidade civil aos pais e responsáveis em casos de dolo ou culpa, e até mesmo suspensão ou perda do poder familiar.²⁴

Com tudo, vale ressaltar a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente perante o Código Civil, Carlos Moisés remete sobre tal assunto,

O direito infante - juvenil tem prioridade absoluta em que pese também sua presença no código civil para conceituar a capacidade da pessoa, tal como incapaz, relativamente capaz, e capaz, neste diapasão a situação das crianças andam em incapaz e relativamente capaz, também podemos citar o capaz, como exemplo quando o jovem esta cumprindo seus atos de disciplina e entra com 17 anos e terá que cumprir três anos, neste caso ele sairá da fundação casa com 20 anos, e para assegurar seus direitos mesmo que o ato foi praticado na fase de sua idade de adolescente cuidou o legislador no ECA em garantir a segurança deste adolescente, não tendo que após ele completar a maioridade deixar de cumprir sua disciplina em outra medida sócio educativa.²⁵

Embora o Código Civil seja um dos mais importantes ordenamentos para conduzir o cotidiano dos cidadãos. O Código de 2002 trouxe diversas modificações, uma em particular, cujo alterou a nomenclatura do Pátrio Poder para Poder Familiar. Como menciona Katia Maciel,

[...] diz respeito ao pátrio poder, que recebeu uma roupagem moderna, uma função mais abrangente e passou a denominar-se poder familiar. Muita crítica fez-se à manutenção da expressão poder desse complexo de direitos e deveres, uma vez que mantém aceso um resquício ultrapassado da terminologia da longínqua família patriarcal romana. Apesar das inúmeras sugestões doutrinárias no sentido de mudar-se a nomenclatura para autoridade parental,

ou autoridade familiar, o legislador civil manteve a expressão poder e acrescentou a qualificação familiar. Mesmo inadequada a denominação atual, o que nos interessa enfocar é o conteúdo, e o que nele mudou.²⁶

O poder pátrio passou a ser chamado de poder familiar, após sua modernidade, que o torna mais amplo, podendo englobar que a responsabilidade pelos filhos corresponde ao casal e não somente ao pai, como no patriarcado.

Assim o legislador demonstra que não houve mudança apenas na expressão mas sim no tema em si, dispensando as propostas oferecidas para que a nomenclatura fosse alterada, uma vez que devido ao uso da expressão “poder”, houve muitas críticas, já que poderia apresentar alguma semelhança como a ideia de que o homem era autoridade na família, enquanto a mulher era vista como submissa.

3. AÇÕES DE FAMÍLIA

Neste tópico serão abordadas questões processuais perante o âmbito familiar. Iniciando-se com uma mera evolução das alterações do Código de Processo Civil, passando para os ritos processuais, seguindo com guarda, alimentos, reconhecimento, adoção e finalizando com visitação.

3.1. EVOLUÇÃO NO NOVO CPC/15

Sobre a evolução que decorreu o Código de Processo Civil de 2015, acarretou o rol taxativo das ações de família, cujo busca em pleno poder e esforço soluções consensuais do litígio. Sendo uma diretriz interpretativa para quem busca solucionar demandas familiares.

Essas ações são devidamente um conjunto de regras, que configuram princípios junto a si, com a finalidade de ajudar a nortear as partes, juntamente com todos os sujeitos envolvidos no processo buscando especificar conflitos familiares, com potencial positivo na reorientação das práticas do foro.

No Código de Processo Civil de 2015, foram feitas diversas alterações, de modo que se deve ressaltar as mais importantes no âmbito familiar. Em primeiro, as ações de família têm um capítulo (Capítulo X) no Código que é estipulado nos artigos 693 a 699. Mas não se limitando apenas neles.

Sendo assim, à primeira alteração no divórcio, cujo era regido pelo procedimento ordinário, prevista na lei do divórcio nº 6.515/1977, com a modificação, instituiu o procedimento especial, se tratando de todas as ações familiares. Será abordado de forma aprofundada no próximo tópico.

Em seguida a alteração do foro da residência da mulher, cujo no Código de 1973 trazia menção com o intuito de instigar a “mulher” como sexo frágil, e até mesmo retardando a igualdade entre os cônjuges. Com o artigo 53, esta discrepância de gênero foi retirada.

Em segundo destaque, a Audiência de conciliação e mediação, proposta para uma controvérsia multidisciplinar. A alteração enfatizou a conta técnica processual em respeito à citação e à defesa. O artigo 696 remete a possibilidade de serem divididas em quantas sessões forem necessárias, evitando o perecimento do direito.

Segundo Salomão Viana,

Trata-se de dispositivo que vai ao encontro do princípio da conciliabilidade - o qual, elevado ao grau de política que deve ser implementada pelo Estado em seu sentido mais amplo (art. 3º § 2º, CPC-15), se projeta com suprema força nas ações de família-, mas que deve ser aplicado com equilíbrio, a fim de evitar que uma parte mal intencionada pretenda prolongar o desfecho do processo, em manifesto abuso de direito processual.²⁷

A autora Brenda Stahelin traz o conceito com uma mera citação de Elaine e Carolina:

A conciliação se direciona mais aos aspectos práticos finalísticos da solução de conflitos, podendo o conciliador, sempre imparcialmente, dar sugestões às partes, sendo mais apropriada para conflitos episódicos e com menor vínculo entre as partes. A mediação, por sua vez, exige formação mais elaborada de seu agente, o qual deve manter equilíbrio emocional e sensibilidade acurada para obtenção da confiança das partes na aplicação de técnicas que se direcionam a resgatar a comunicação e conduzir as partes a uma maior consciência em relação a todos os pontos de vista do conflito e as reais motivações e aspirações que estão na sua raiz. Do mediador não se espera qualquer sugestão de solução prática, em hipótese alguma, a qual deve vir sempre das partes, podendo utilizar do expediente de sessões privativas com cada uma delas. A escolha pela conciliação ou mediação será das partes e na falta de consenso tocará ao magistrado, de acordo com as peculiaridades de cada lide.²⁸

Ambas as técnicas buscam solucionar conflitos da melhor maneira possível, buscando sempre o bem estar entre as partes, tentando por meio de um consenso soluções práticas de comum acordo. Sendo sempre um terceiro imparcial para que não ocorram discussões desnecessárias.

Visto que são meios mais equilibrados de se resolver conflitos; embora que as ações familiares já estão carregadas de emoções, buscando celeridade e efetividade. A mesma autora menciona Tartuce:

[...] A mediação surge como importante técnica em tal contexto ao contemplar uma forma de gerir os conflitos com enfoque precípua nas pessoas e em seus verdadeiros interesses. Tal método promove uma abordagem mais profunda da controvérsia ao funcionar como um acompanhamento das partes para que possam gerir seus conflitos e formular uma decisão célere, ponderada, eficaz e satisfatória em relação ao impasse instalado. As técnicas para obter tal mister são variadas, tendo por núcleo principal a provocação da reflexão dos indivíduos, fazendo perguntas pertinentes sobre o objeto litigioso e outros elementos relevantes para o deslinde das questões. [...] O mediador não impõe decisões, mas dirige as regras de comunicação entre as partes. Com a facilitação do diálogo pelo mediador, os sentimentos das partes podem ser enfrentados e compreendidos.²⁹

Seguindo as demais alterações, a execução de alimentos está estipulada no artigo 528 e a interdição, nos artigos 747 a 758. A alteração na execução de alimentos diz respeito ao cumprimento de sentença e a execução dos alimentos. Com isso, cabe ao juiz tomar quaisquer providências necessárias.

Já sobre a interdição, a alteração foi em sua nomenclatura que estava descrita no artigo, conforme citação a seguir:

O novo CPC alterou o título presente no CPC/73, “Da curatela dos interditos”, para “Da interdição”, nomenclatura que faz maior jus à seção que trata do processo através do qual se estabelece a curatela do incapaz. Ora, afinal, enquanto que a interdição é o processo – o que o CPC efetivamente regulamenta -, a curatela é o encargo conferido, judicialmente, ao curador. O artigo 747 amplia o rol dos legitimados à propositura da ação de interdição, a incluir (i) o companheiro do interditando e o (ii) representante da entidade em que se encontra abrigado o interditando.³⁰

Embora que foram diversas modificações, elencamos apenas algumas que no ver foram mais discutidas entre doutrinadores e afins.

3.2 PROCEDIMENTOS

As ações de famílias ganharam um rol taxativo que trata da natureza contenciosa no artigo 693 do Código de Processo Civil 2015 “[...] divórcio, separação, reconhecimento e extinção de união estável, guarda, visitação e filiação.” E da natureza voluntária elencados no artigo 731 do mesmo código, o divórcio e a separação consensual. Logo no próximo artigo, 732 trata do reconhecimento e extinção de união estável.

No divórcio consensual podendo ser realizado no cartório, isto é, para os casos que as partes não tenham filhos incapazes e nem nascituros, artigo 733 do Código de Processo Civil. Já no divórcio consensual judicial devem seguir os requisitos do artigo 731 do Código de Processo Civil.

Art. 731. A homologação do divórcio ou da separação consensuais, observados os requisitos legais, poderá ser requerida em petição assinada por ambos os cônjuges, da qual constarão:

- I - as disposições relativas à descrição e à partilha dos bens comuns;
- II - as disposições relativas à pensão alimentícia entre os cônjuges;
- III - o acordo relativo à guarda dos filhos incapazes e ao regime de visitas; e
- IV - o valor da contribuição para criar e educar os filhos.

Parágrafo único. Se os cônjuges não acordarem sobre a partilha dos bens, far-se-á esta depois de homologado o divórcio, na forma estabelecida nos arts. 647 a 658.

Agora na separação litigiosa, é permitido requerimento por qualquer das partes quando imputar conduta desonrosa ou se a convivência for insuportável. Sendo possível a parte contrária reconvir no prazo da contestação, disposto no artigo 343, § 6º do Código de Processo Civil.

No que tange a união estável; cujo ganhou um espaço nas ações de família, descrita no artigo 693 do Código de Processo Civil. Deixou de ser necessária a utilização da ação declaratória para o reconhecimento e a extinção da mesma.

Aponta-se também sobre a questão alimentícia, sendo denominada para que ocorra o máximo de dignidade humana quando houver recursos para este desfrute. Sendo aplicada em proporcionalidade entre ambas as partes, como aponta Thiago Simões,

A relação jurídica alimentar é fixada a partir de uma justa proporcionalidade das condições de vida digna do alimentante (aquele que presta os alimentos) e do alimentado (aquele que recebe os alimentos), estabelecendo-se, assim, uma adequação às exigências imprescindíveis de cada um dos integrantes desta relação.³¹

Sendo que os alimentos são a garantia para todas as pessoas de atribuição mínima para uma condição de vida digna, a garantia está estipulada pelo Ordenamento Jurídico. São conceituados como mecanismos de ordem, pois são necessários para a sobrevivência física, moral e psíquica.

Além do mais, a ação alimentícia é considerada um dever e obrigação, seguindo com as falas de Thiago,

Entende-se por dever alimentar a relação jurídica (obrigação) pautada na reciprocidade existente entre os cônjuges, companheiros e demais parentes em linha reta ou colateral que não sejam pais e filhos, retratando a aplicação do princípio da solidariedade no âmbito das relações familiares. [...] a obrigação alimentar é vista como a imputação dos alimentos a partir do poder familiar, sendo por tal razão, ilimitada.³²

Sendo assim, em constância de dever devem ser comprovadas as necessidades do reclamante e a capacidade de quem o paga, enquanto na obrigação é assumida a necessidade de alimentação.

Deve-se observar o artigo 1.696 do Código Civil, cujo remete que os alimentos são recíprocos, recaindo não apenas aos ascendentes, mas também aos descendentes.

Art. 1.696. O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros.

Com tudo, advinda de uma execução, cujo é a busca pela efetivação de algo. A execução alimentícia refere-se à possibilidade de constituir um processo que visa a demanda do pagamento.

No tocante a execução desta ação, é uma execução considerada por quantia certa sendo tratada de forma especial. Tal especialidade se dá, sobretudo em razão de atos específicos destinados a facilitar a obtenção da satisfação por parte do exequente.

A execução dos alimentos é fundada nos artigos 911, 912 e 913 do Código de Processo Civil de 2015, tratando-se de título executivo extrajudicial decorrente de pagar alimentos. Em regra será por meio de coerção patrimonial (penhora de bens e valores), mas admite coerção pessoal (prisão).

Embora também ocorra o título executivo judicial por meio de sentença ou decisão interlocutória, elencado nos artigos 528 a 522 do Código de Processo Civil de 2015. Atribui-se o cumprimento de sentença condenando o pagamento da prestação.

Há de se observar que ao credor dos alimentos ainda continua possível a opção pelo procedimento da execução de pagamento de quantia certa (sem a possibilidade de decretação da prisão civil), sendo esta uma faculdade do exequente e, portanto, impossível de ser decretada *ex officio*.³³

Sendo assim, ambos os títulos têm o objetivo de zelar pela pessoa que necessita do alimento, então seja de forma em quantia certa ou por meio de penhora. O importante é não lesionar quem recebe os alimentos, pois depende para sua sobrevivência.

3.3 GUARDA E ALIMENTOS

Não é novidade nenhuma que na maioria dos casos a guarda dos filhos fica exclusiva para as mulheres, até porque o conceito do homem ser o provedor do lar era o que predominava e a falta de habilidades em cuidar da prole também.

Embora em nenhuma parte do ordenamento jurídico seja denominado que a MULHER deve ser obrigada a ficar com os filhos, sabendo que as alterações de igualdade entre os sexos advindos com o decorrer do tempo.

No Código Civil de 1916, estipulava nos casos de desquite, que os filhos ficavam com cônjuge inocente, conceito esse que também é adotado pela Antiga Lei do Divórcio, nº 6.515 de 1.977. Eram presumidos os erros masculinos para deixar a prole com a mulher.

Mas os tempos mudaram. Com o ingresso das mulheres no mercado de trabalho e nas esferas de poder, maridos e companheiros foram convocados a participar mais da vida dos filhos. Acabaram descobrindo as delícias da paternidade e passaram a reivindicar maior convívio com a prole, quando da separação do casal. Pelo ranço cultural de que os filhos ficavam com a mãe e ao pai cabia tão só pagar alimentos e visita-los quinzenalmente, encontraram enormes resistências. Muitas vezes os filhos eram usados como ferramenta de

vingança e o pai acabava absolutamente refém do poder materno, que só lhe permitia ter acesso aos filhos, quando ela deixava.³⁴

Visto que com a mudança da mulher perante o âmbito familiar, o homem obteve uma possibilidade maior de exercer sua atividade paterna, embora que vale ressaltar que na Constituição Federal de 1988 se consagrou o princípio da igualdade assegurando a ambos os sexos os mesmos direitos e deveres.

O início do marco para a guarda entre os cônjuges, se fez com a Lei nº 11.698/08 elencando a guarda compartilhada, em seguida com a Lei da Alienação Parental nº 12.318/10 e também no Estatuto da Criança e do Adolescente. Todos enunciados estipulam a guarda compartilhada entre o pai e a mãe, buscando beneficiar o melhor interesse do menor.

Com tudo, em 2014 promulgou a Lei da Igualdade Parental nº 13.058/14. “Determinando o compartilhamento de forma equilibrada, mesmo quando não existir acordo entre os pais”³⁵. Compartilhar a guarda é mais que garantir igualdade entre os pais, busca uma postura digna de ambos com seus filhos.

Vale lembrar que com a separação dos genitores, o poder familiar ainda se dá na continuidade de ambos, sendo a guarda implicitamente conjunta, individualizando após a separação de fato e de direito dos pais. Determinando a residência do menor.

O critério norteador na definição da residência do filho é a vontade dos genitores. A definição de quem permanecerá com os filhos em sua companhia não fica exclusivamente na esfera familiar. Pode a guarda ser deferida a outra pessoa, havendo preferência por membro da família extensa que revele compatibilidade com a natureza da medida e com quem tenham afinidade e afetividade (CC 1.584 § 5.º). No que diz com a visitação dos filhos pelo genitor que não detém a guarda, prevalece o que for acordado entre os pais (CC 1.589)³⁶

Mesmo respeitando a vontade dos pais em relação à residência, deve-se observar a fragilidade emocional da criança, sendo resultados negativos ou positivos perante a separação.

Nos casos da negativa da guarda compartilhada por um dos genitores; ambos em acordo, o outro ou alguém substituto terá a guarda unilateral. Resguardado no artigo 1.583, §1º primeira parte do Código Civil/2002. Nesta guarda, a companhia do filho será estipulada em consenso nos melhores períodos para todos.

No que tange o direito aos alimentos, são tutelados pela Constituição Federal de 1988, sendo obrigação efetiva e é a responsabilidade de garantir o sustento aos mais necessitados. A autora Gisele Caversan menciona Maria Berenice onde diz:

Para o direito, alimento não significa somente o que assegura a vida. A obrigação alimentar tem um fim precípua: atender às necessidades de uma pessoa que não pode prover a própria subsistência. O código Civil não define o que sejam alimentos. Preceito constitucional assegura a crianças e adolescentes direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura e à dignidade (CF 227). Quem sabe aí se possa encontrar o parâmetro para a mensuração da obrigação alimentar. Talvez o seu conteúdo possa ser buscado no que entende a lei por legado de alimentos (CC 1.920): sustento, cura, vestuário e casa, além de educação, se o legatário for menor.³⁷

Além disso, a mesma autora, Gisele Caversan, traz as seguintes “características atribuídas ao direito obrigacional de alimentos: transmissível, divisível, personalíssimo, intransferível, impenhorável, incompensável, imprescritível, não transacionabilidade, irrepetível e irrenunciável.”³⁸

São transmissíveis perante a herança e é possível a reivindicação. São personalíssimos, não demandando cessão, não se sujeitando à penhora; sendo impenhoráveis, pois mantém a sobrevivência de outrem, compensação; não sendo possível de alteração de forma unilateral, prescrição e transação.

A imprescritibilidade vem de acordo com o prazo de dois anos elencado no artigo 206, §2º do Código Civil, cujo não se submete ao direito alimentício. Sendo assegurado pelo direito pessoal, cujo não será transferido a outrem.

Já na irrepetibilidade condiz que os pagamentos já efetuados, não serão restituídos novamente. Por fim a irrenunciabilidade veda a renúncia desse direito, mediante o artigo 1.707 do Código Civil.

Para que a obrigação de pagamento seja efetuada, deve-se estar presentes alguns requisitos:

(1) Existência de um vínculo de parentesco, entre as partes, os quais estão obrigados conforme dispõe a lei somente os ascendente, descendentes, irmãos (bilaterais ou unilaterais). (2) A necessidade. Deve ser demonstrado o seu estado de necessidade para garantir sua subsistência. (3) A possibilidade. A pessoa pela qual esta obrigada, ter uma situação financeira- econômica para cumprir com a obrigação, onde quem possui somente o necessário para a sua subsistência não tem como garantir a de outrem, tem que ter condições de mantê-los. Deve-se ter uma proporcionalidade, que está de forma clara pelo artigo 1695 do Código Civil. Tudo na obrigação deve ser regido por este princípio, na proporção da necessidade e proporção do que pode ser suprido, tem um binômio necessidade/possibilidade.³⁹

Isto é, deve-se existir o parentesco entre os pais e o filho, no caso a filiação, deve ser esclarecida a necessidade de que este filho precise do alimento e a disponibilidade que este pai/mãe tem para suprir com as necessidades do menor. Ressaltando que os alimentos são de ambos os genitores.

3.4 FILIAÇÃO: RECONHECIMENTO E INVESTIGAÇÃO

A filiação é parentesco consanguíneo ou não, sendo de primeiro grau e em linha reta, cujo é a ligação de pessoas com genitora ou com quem a recebeu para como, sendo nos casos de adoção.

É prevista no artigo 227, §6º da Constituição Federal de 1988, que são filhos havidos ou não na relação do casamento, ou então sendo por meio de adoção. O artigo remete ao princípio da Isonomia, cujo Código Civil de 2002 remete com o mesmo entendimento no artigo 1.596.

A Constituição de 1988 (art. 227, § 6º) estabeleceu absoluta igualdade entre todos os filhos, não admitindo mais a retrógrada distinção entre filiação legítima e ilegítima, segundo os pais fossem casados ou não, e adotiva, que existia no Código Civil de 1916. Naquela época, dada a variedade de consequências que essa classificação acarretava, mostrava-se relevante provar e estabelecer a legitimidade.⁴⁰

Os filhos legítimos eram os concebidos na relação do casamento, os ilegítimos eram o contrário, não havia casamento entre os genitores. Sendo que o CC de 1916 estipulava como filhos legítimos um dos efeitos do casamento, conferindo os filhos havidos anteriormente.

O autor Carlos, traz três efeitos diferentes para a filiação, sendo elas,

[...] para os filhos que procedem de justas núpcias, uma presunção de paternidade e a forma de sua impugnação; para os havidos fora do casamento, critérios para o reconhecimento, judicial ou voluntário; e, para os adotados, requisitos para a sua efetivação.⁴¹

Embora sejam origens diferentes, não se deve discriminar nenhum filho, pois estão todos amparados pela lei. A presunção da paternidade é fundada em probabilidade, isto é, presume-se desde as relações sexuais no casamento. O Código Civil dispõe as presunções na constância do casamento

Art. 1.597. Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos:

I - nascidos cento e oitenta dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal;

II - nascidos nos trezentos dias subsequentes à dissolução da sociedade conjugal, por morte, separação judicial, nulidade e anulação do casamento;

III - havidos por fecundação artificial homóloga, mesmo que falecido o marido;

IV - havidos, a qualquer tempo, quando se tratar de embriões excedentários, decorrentes de concepção artificial homóloga;

V - havidos por inseminação artificial heteróloga, desde que tenha prévia autorização do marido.

Em virtude dos dois primeiros incisos, esta filiação presumida na constância do casamento se dá como nomenclatura presunção “*pater is est*”, sendo a presunção do marido sobre a paternidade do filho

gerado. Nada mais é que um resguardo sobre a paternidade. Embora confirmar o parentesco tem mecanismos mais atuais e eficazes, como o exame de DNA.

Já os filhos havidos fora do casamento, serão através do vínculo jurídico que surge por meio do reconhecimento. Ato esse que pode ser voluntariamente ou por investigação paterna. Disposto no artigo 1.607 do Código Civil. O ato é personalíssimo, sendo efetuado por um dos genitores, estipulando o filho efeitos sobre apenas ele.

O reconhecimento de filho pode ser voluntário, também denominado “perfilhação”, ou judicial, também chamado de “coativo” ou “forçado”, que se realiza por meio de ação de investigação de paternidade. Qualquer que seja a sua forma, o ato de reconhecimento é declaratório, pois não cria a paternidade, mas apenas declara uma realidade fática, da qual o direito extrai consequências.⁴²

O reconhecimento voluntário é um ato que exige da capacidade do agente, valendo para os filhos relativamente incapazes (igual ou maior de 16 anos). Buscando estabelecer relação jurídica de parentesco.

Isto é, sem o consentimento do filho, não se pode realizar o reconhecimento, nos termos do artigo 1.614 do Código Civil “o filho maior não pode ser reconhecido sem o seu consentimento, e o menor pode impugnar o reconhecimento, nos quatro anos que se seguirem à maioridade, ou à emancipação”.

Já a investigação paterna/materna, é utilizado para filhos absolutamente incapazes (menores de 16), sendo da natureza declaratória e imprescritível, este elencado no artigo 27 do Estatuto da Criança e do Adolescente: “O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça”.

Com tudo, advinda à adoção, terceiro efeito da filiação trazido por Carlos Gonçalves, o autor menciona Maria Helena Diniz em sua obra:

Adoção é o ato jurídico solene pelo qual, observados os requisitos legais, alguém estabelece, independentemente de qualquer relação de parentesco consanguíneo ou afim, um vínculo fictício de filiação, trazendo para sua família, na condição de filho, pessoa que, geralmente, lhe é estranha.⁴³

A adoção é um mero reconhecimento entre as partes, não se valendo de laços consanguíneos, que visa o princípio do melhor interesse da criança.

3.5 ADOÇÃO - LEI Nº 13.509/17

Vale ressaltar que o regulamento de adoção é pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, cujo traz requisitos para este ato. No artigo 42 refere-se a ser maior de 18 anos, independente do estado civil. Isso é, entende-se que solteiros também podem obter adoção.

São atribuídos mais requisitos, como o de ter a diferença mínima de 16 anos entre as partes envolvidas, não pode ser irmão e nem ascendente do menor e por último, para casais que querem adotar, é necessário ser casados ou constituir união estável.

Mediante requisitos, fica subentendido a questão de sexualidade, nada impede que casais homossexuais adotarem, deve apenas preencher os requisitos necessários e demonstrarem que possuem boas condições psicológicas e sociais.

Vale ressaltar que a questão a união estável perante casais do mesmo sexo foi admitida no ano de 2011 pelo Supremo Tribunal Federal, sendo reconhecida como núcleo familiar.

Com tudo, visto que o ato de adotar demanda muito tempo, foi implementada a nova lei de adoção, Lei nº 13.509, 22/11/2017 que busca o objetivo de dar mais celeridade processual, para que a parte extingue do poder familiar substituindo para o novo lar, bem como propiciar neste novo lar o afeto necessário para o bem-estar do menor.

Nos dizeres de Vitor e Beatriz,

No campo da adoção, muitas mudanças foram feitas no Estatuto da Criança e do Adolescente, principalmente no intuito de viabilizar o instituto no tempo. A ideia do legislador foi a de fixar prazos e parâmetros mais enxutos e razoáveis, visando estimular tanto a adoção por brasileiros quanto por estrangeiros.⁴⁴

Sendo assim, o prazo enxuto foi benéfico para ambas as partes, pois estimula mais adoções e perante o lado da criança, poderá permanecer no acolhimento institucional no prazo de um ano e meio, podendo ser estendido mediante autoridade judicial.

Este pequeno prazo, é para dispor para a criança que consiga ficar no âmbito familiar, para ter mais contato com sentimentos de afeto, mediante o programa de acolhimento. Sendo um primeiro estágio para a oposição em família substituta.

A nova lei também instituiu o apadrinhamento, conforme abaixo,

[...] institui a figura do apadrinhamento. Nada mais é que um vínculo jurídico para desenvolvimento integral da criança ou do adolescente, com instituição, inclusive por pessoa jurídica, para fins de convivência familiares e comunitários. As crianças ou adolescentes sujeitas ao apadrinhamento são todas aquelas suscetíveis de adoção, porém gozam de preferência aquelas com remota possibilidade de reinserção familiar ou colocação em família adotiva.⁴⁵

Sendo assim, as crianças não inseridas em famílias naturais, têm a possibilidade de serem inseridas no apadrinhamento, buscando novamente o vínculo afetivo. Tendo o objetivo de dispor de uma relação mais benéfica para o menor, acompanhando o mesmo perante seu desenvolvimento.

Esta ação pode ser disposta tanto para os termos “padrinho” e/ou “madrinha”, que remete aos gêneros, indivíduos que se comprometem a cuidar, criar laços afetivos com a parte mais frágil da situação e ter uma convivência benéfica para ele.

3.6 VISITAÇÃO

O direito de visita, chamado por Maria Berenice de direito de convivência, é induzido primeiramente aos filhos, já que resguarda o interesse do menor. Os pais ficam em segundo plano, já que são responsáveis pelo dever de concretizar o direito dos filhos de manter contato com os mesmos. É o que relata a autora,

O direito de convivência não é assegurado somente ao pai ou à mãe, é direito do próprio filho de com eles conviver, o que reforça os vínculos paterno e materno-filial. É direito da criança manter contato com o genitor com o qual não convive cotidianamente, havendo o dever do pai de concretizar esse direito.⁴⁶

Este direito é estendido a outras pessoas do âmbito familiar da criança, estipulado no parágrafo único do artigo 1.589 do Código Civil, buscando assegurar o elo afetivo. No mesmo artigo elenca no caput a oportunidade de visitar os filhos e a responsabilidade dos pais nos casos em que o menor estiver em guarda de terceiros, fiscalizando a educação.

Segundo Maria Berenice,

A execução para o adimplemento da obrigação de visitas pode ser proposta por qualquer dos genitores. Tanto o guardião pode vir a juízo para que o outro cumpra com as visitas, como a demanda pode ser promovida por quem não o tem sob sua guarda para assegurar o direito de tê-lo em sua companhia. Ou seja, se o pai não visita o filho que vive na companhia da mãe, cabe a ela propor a execução para obrigar o genitor a visitá-lo. Também o pai, que tem assegurado o direito de visitas, pode ingressar em juízo contra a genitora, se ela as está impedindo.⁴⁷

Visto nesta citação à postura que foi relatado no tópico anterior na guarda compartilhada, onde os pais devem ter para proporcionar um ambiente agradável para com seus filhos, buscando o melhor interesse dos menores. Nada mais é que um ambiente amigável entre os genitores.

Neste ambiente agradável, não é admitida a alienação parental, ação praticada pelos genitores na tentativa de desqualificar o outro mediante seus filhos. Fazendo assim uma distorção da imagem do pai ou da mãe que o menor tem.

O filho é utilizado como instrumento da agressividade, sendo induzido a odiar um dos genitores. Trata-se de verdadeira campanha de desmoralização. A criança é levada a afastar-se de quem ama e que também a ama. Este fenômeno manifesta-se principalmente no ambiente da mãe, devido à tradição de que a mulher seria mais indicada para exercer a guarda dos filhos, notadamente quando ainda pequenos. O alienador também pode ser o pai, em relação à mãe ou ao seu companheiro.⁴⁸

Este ato é imoral, desrespeitoso e cruel para a criança, pois afastam elas de quem as amam, e acarreta um sentimento de ódio sobre elas, sendo induzidas, instigando. Ressalta-se que é um crime podendo ser cometido por ambos os genitores. Já que estão em pé de igualdade.

4. A IGUALDADE ENTRE OS GÊNEROS NO DIREITO DE FAMÍLIA

A igualdade entre os gêneros não é uma discussão recente, pelo contrário, vem de décadas atrás, a simples definição de gênero já é um debate, se especifica sobre categoria de pessoas que representam conceitos, histórias e dinâmicas em diversos conteúdos de significados.

4.1. DEFINIÇÃO DE GÊNERO

Gênero são grupos de pessoas que têm as mesmas características, coisas em comum, semelhanças ao estilo de viver e as classes sendo denominadas em Masculino e Feminino. Alguns estudos visam à reflexão que ambas as classes não podem ser distintas ao que percorre das histórias, não se podendo separar a história da mulher da história do homem.

A professora Maria Eunice, menciona, de certa forma, que gênero no dicionário de gramática possui um significado amplo.

Prosseguindo com a nossa língua portuguesa, esses caracteres comuns seriam convencionalmente estabelecidos. Este convencionalmente pode ir desde maneiras, estilos, significando os Gêneros artísticos ou se referir aos estilos de arte: o Gênero Literário e Gênero Dramático. Pode-se buscar o significado do termo ainda na Biologia ou no campo da Gramática propriamente dita.⁴⁹

Visto que o gênero não advindo apenas de uma origem, podemos obter também de forma arbitrária a cultura, o fato de o gênero só pode ser compreendido em relação a uma cultura específica, pois só é capaz de ter sentidos distintos conforme o contexto sociocultural em que se manifesta.

Perante a cultura, a definição de gênero é explicada mediante ao modo de agir, sendo os costumes adotados no passado, como por exemplo, do patriarcado, cujo homem era o único provedor do lar e a mulher a dona do lar.

Como expressa Pâmela Moraes,

Ao se falar em “questão de gênero”, por exemplo, faz-se referência às atividades culturalmente atribuídas às mulheres – como cuidar da casa e dos filhos – e aos homens – como sustentar financeiramente a família. As teorias feministas explicam que essas ideias são construídas com base nos costumes, não nas capacidades biológicas. Afinal, um homem não é fisicamente incapaz de limpar a casa e nem uma mulher é fisicamente incapaz de trabalhar como engenheira e sustentar financeiramente sua família. O fato de as expectativas sobre os “papéis” atribuídos a homens e mulheres cisgêneros* serem diferentes ao redor do mundo, mudando de cultura para cultura, reforça a teoria feminista de que essas expectativas são construídas socialmente.⁵⁰

Nos dizeres de Delano Brandão,

O conceito de gênero foi elaborado como uma categoria analítica e histórica que diz respeito às imagens que uma sociedade constrói a partir das diferenças sexuais presentes nos corpos, chegando a representações de gênero em torno do que é masculino e feminino. Vale destacar que essa concepção trabalha com valores sociais e possui caráter relacional, opondo-se ao essencialismo biológico, uma vez que o masculino e o feminino são considerados relacionados à proporção em que são opostos e também complementares.⁵¹

Sendo assim conceituado perante a construção social, dependendo da cultura, do modo como agir, dos costumes, das criações oriundas da experiência social, sendo elas, legislativas, religiosas e da vida política.

Construção essa que se dá no mesmo pensamento das autoras, Letícia Medeiros e Isabela Moraes,

[...] é importante enfatizar que o gênero diz respeito aos aspectos sociais atribuídos ao sexo. Ou seja, gênero está vinculado a construções sociais, não a características naturais. O gênero, portanto, se refere a tudo aquilo que foi definido ao longo tempo e que a nossa sociedade entende como o papel, função ou comportamento esperado de alguém com base em seu sexo biológico.⁵²

Pode-se dizer que a definição de gênero parte da relação entre pessoas, o simples fato de pertencer a um tipo de classe, grupo ou categoria, cujo tem semelhanças entre si. Como Alex Silva afirma ao relatar menção de Teresa Lauretis,

O termo gênero é uma representação não apenas no sentido de que cada palavra, cada signo, representa seu referente, seja ele um objeto, uma coisa, ou ser animado. O termo “gênero” é, na verdade, a representação de uma relação, a relação de pertencer a uma classe, um grupo, uma categoria. Gênero é a representação de uma relação (...) o gênero constrói uma relação entre uma entidade e outras entidades previamente constituídas como uma classe, uma relação de pertencer (...) Assim, gênero representa não um indivíduo e sim uma relação, uma relação social; em outras palavras, representa um indivíduo por meio de uma classe.⁵³

Com fulcro na dinâmica social, o reflexo do conceito de gênero no ordenamento jurídico é latente, como observado por Brandão, sobre a desigualdade de gênero nas três fases da legislação.

É o que observamos no momento da construção das normas jurídicas, no momento da interpretação e, por último, no momento crucial de sua aplicação. É fundamental que os legisladores tenham a consciência de que é real a desigualdade de valoração entre os sexos, evitando-se, assim, que se perpetue o retrógrado arcabouço legislativo que mantém as mulheres sob o julgo masculino e eleva o patriarcalismo.⁵⁴

Embora que ao decorrer do tempo essa desigualdade social vem se modificando, sendo mais aplicado o Princípio da Igualdade no ordenamento jurídico para que busque a equiparação.

4.2. PRINCÍPIO DA IGUALDADE/ISONOMIA.

O princípio da Igualdade, também denominado como princípio da isonomia, é um dos pilares mais fortes nos Estados Democráticos de Direito. Visa-se muitas lutas predominantes aos longos dos tempos para que ambos os gêneros obtivessem a igualdade, igualdade esta podendo ser denominada em Formal e Material.

A igualdade em seu sentido puramente formal, também denominada igualdade perante a lei ou igualdade jurídica, consiste no tratamento equânime conferido pela lei aos indivíduos, visando subordinar todos ao crivo da legislação, independentemente de raça, cor, sexo, credo ou etnia. [...] Denominada por alguns de igualdade real ou substancial, a igualdade material tem por finalidade igualar os indivíduos, que essencialmente são desiguais.⁵⁵

Sendo assim, igualdade formal é aquela que estabelece um rol de direitos e deveres para todos os cidadãos em par de igualdades, mesmas condições e sem qualquer distinção. Por outro lado, a igualdade material, busca assegurar uma equiparação entre os cidadãos, atendendo às particularidades e buscando uma igualdade de oportunidades entre as pessoas, por exemplo, por meio de políticas públicas em favor de grupos menos favorecidos.

Em um viés mais filosófico, a autora Maria Christina, menciona:

Há várias concepções filosóficas para definir e legitimar a igualdade, dentre as quais se menciona: o idealismo, a teoria da igualdade pelo nascimento e o realismo. Os idealistas sustentam que a igualdade é ínsita aos homens. Isto é, o ser, em sentido lato, é detém a igualdade. Por outro prisma, a teoria da

igualdade pelo nascimento prega a existência da isonomia em razão da condição de nascimento, ou seja, os indivíduos nascem iguais e desiguais. Para os realistas a igualdade é um bem atribuído a todo homem, a toda pessoa humana. Todavia, reconhecem a existência das desigualdades sociais, políticas, econômicas que obliteram a consubstanciação da isonomia de fato.⁵⁶

Observa-se que para as explicações relatadas existentes possuem suas particularidades similares, uma delas é a questão do tratamento com a “desigualdade”, ressalta-se que infelizmente a igualdade e a desigualdade caminham juntas, já que a igualdade se deu em resultados das várias discriminações e lutas.

Ruy Barbosa baseando-se na lição Aristotélica proclamou que “a regra da igualdade não consiste senão em tratar desigualmente os desiguais na medida em que se desigalam. Nesta desigualdade social, proporcional e desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade. Os mais são desvarios da inveja, do orgulho ou da loucura. Tratar com desigualdade os iguais, ou os desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real. Os apetites humanos conceberam inverter a norma universal da criação, pretendendo, não dar a cada um, na razão do que vale, mas atribuir os mesmos a todos, como se todos se equivalessem”.⁵⁷

O professor Rogério Gonçalves complementa,

Foi (e ainda continua a ser em numerosos países) labiríntico e sinuoso o caminho percorrido para a sedimentação do ideal da igualdade entre os seres humanos. Com efeito, o conceito de igualdade sempre foi marcado por uma ideia cambiante, visto que era seguidamente adaptável ao dinamismo das carências e das reivindicações sociais. Fazendo o acompanhamento histórico do sentido jurídico do princípio da igualdade, observa-se que a sociedade evoluiu desde um estágio em que se entendia como sendo natural a desigualdade, passando pela defesa da igualdade formal e alcançando a igualdade material (igualdade de oportunidades).⁵⁸

Isto é, a busca pela igualdade entre os gêneros, sempre se deu através por disputas, lutas, discussões, tentativas essas para que o ordenamento fosse igualitário para todos, até mesmo para os que possuem suas particularidades. Como se denomina na igualdade material.

Com tudo, no tocante a Igualdade sobre a Família, vale ressaltar o primordial artigo 226 da Constituição Federal de 88, “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. §5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher”.

O Juiz de Direito Carlos Garbi elenca que a igualdade é vista como uma comparação entre ambos, homem e a mulher,

[...] a igualdade consiste em uma relação de comparação, pois dizemos que duas coisas são iguais quando, em relação a um ponto de comparação, ajustam-se ou conformam-se. Portanto, o tema da igualdade entre o homem e a mulher deve começar por estabelecer um ponto de comparação. Neste sentido adverte o autor que a respeito da personalidade jurídica, o homem e a mulher são pessoas na mais plena e absoluta igualdade. Há entre eles a igualdade em direitos. Em todos os direitos derivados dos atributos da pessoa humana, chamados direitos da personalidade, o homem e a mulher são titulares com absoluta igualdade. [...] Alerta, finalmente, para o fato de que, ao serem diferentes homem e mulher enquanto forma accidental de individuação da natureza humana, a modalidade dos direitos pelo sexo responde a um princípio de justiça (igualdade proporcional). Seria injusto, assim, igualar a mulher ao homem em suas funções diferenciadas pela natureza.⁵⁹

Assim sendo, a igualdade é uma mera comparação entre os gêneros, deve-se ser mais abordada esta questão perante os direitos e deveres em favor da figura masculina perante o Direito de Família.

Visto que as crianças possuem autonomia pelo simples fato de que nos trâmites legais buscam o melhor interesse para eles. Busca essa denominação pelos Juízes de Direito. Sendo que nas normas em si, a descrição de igualdade é bem frisada. Não se explica apenas “mãe” ou “pai”, e sim “pais”.

O artigo 1.584 do Código Civil/02 é bem visto no caso, pois trata da guarda que poderá ser determinada pelo juiz, quando não houver consenso entre os pais, levando-se em conta as necessidades específicas dos filhos. Sendo que exercer a guarda nada mais é do que dar amor, carinho, sustento, atenção, educação, moradia, entre outras, o que pode ser dado tanto pelo pai como pela mãe.

Mesmo assim, não se pode deixar de mencionar que a igualdade se deu por conta da mulher, se não fosse às várias imposições para ter direitos e deveres iguais viveriam no antigo patriarcado. É de se frisar que as mudanças independentes de quem as façam impugnem a todos.

4.3. A IGUALDADE PERANTE O ORDENAMENTO JURÍDICO

A legislação brasileira é baseada em princípios e direitos que regem todo o sistema legal. Entre os princípios básicos, existe o princípio da igualdade estipulado na Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, em suma, estipula que todos são iguais perante a lei, e não há diferença de qualquer natureza, incluindo, portanto, a igualdade de gênero.

A Constituição Federal apresenta todo um rol de direitos humanos, são aqueles que asseguram condições básicas para garantir uma vida digna para a sociedade. Ademais, logo no artigo 5º da Constituição Federal, caput, é evidenciado a igualdade, que objetiva tornar as relações mais igualitárias, como é possível presumir.

Para tanto, ocorre uma dicotomia no que tange tal assunto, visto que já mencionado anteriormente. Há de se apresentar a igualdade formal, tem como base que todos sejam tratados de formas iguais diante da lei, visa eliminar privilégios, bem como eliminar prejuízos. Contudo, de certa forma, desconsidera as desigualdades de fato existentes.

Por outro viés, a igualdade material, que tem em seu escopo equiparar as desigualdades existentes, conforme demonstrado no próprio artigo 5º da CF: “tratar os iguais como desiguais na medida de sua desigualdade”, um exemplo a ser elucidado pode ser encontrado no art. 37, inciso VIII, Constituição Federal, este assegura a reserva de vagas para pessoas com deficiências em concursos públicos.

No que diz respeito ao Direito de Família, observa-se que o Código Civil de 1916 se dá com total objetivo masculino, com a alteração de 2002 obteve a igualdade generalizada. Exemplificamos com os artigos 233 do Código Civil/16 e sua alteração com o 1.567 do Código Civil/02. Observa-se a alteração no texto da lei a seguir, “**Art. 233.** O marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos (artigos 240, 247 e 251).”

Já no artigo 1.567 do Código Civil de 2002, a alteração do texto de lei se dá para uma interpretação mais abrangente, pois a direção da sociedade conjugal está exercida pelos dois, e não por apenas um com a ajuda do outro. Observa-se a seguir, “**Art. 1.567.** A direção da sociedade conjugal será exercida, em colaboração, pelo marido e pela mulher, sempre no interesse do casal e dos filhos.”

A implementação da palavra “direção” dá um novo conceito para o artigo, sendo que ambos terão o direito de direcionar a sociedade conjugal buscando o melhor interesse para eles e seus filhos.

Visa-se também os artigos 380 do Código Civil/16 que predomina o pátrio poder, e o artigo 1.631 do Código Civil/02, que estabelece que a competência do poder familiar seja dos pais, “Durante o casamento e a união estável, compete o poder familiar aos pais; na falta ou impedimento de um deles, o outro exercerá com exclusividade.”

Essa mudança trouxe uma grande transformação no ambiente familiar, pois a partir da nova redação ambos os pais podem decidir a vida de seus filhos, não apenas a opinião de um deles. A maior vantagem do Código Civil de 2002 é que elimina todos os termos discriminatórios, envolvendo não só mulheres, mas também família e afiliação.

Sendo assim, não se vê desigualdade na criação dos filhos, a educação é dada perante ambos, pois os dois devem exercer junto o poder familiar. Com a alteração do Código Civil, obteve uma junção com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

No artigo 22 do Estatuto, são estabelecidos os deveres dos pais, sendo assim “incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, ...”. Já nos dispostos do CC regulamenta as extensões do exercício desse dever.

A autora Lorena Ferreira menciona Sílvia Venosa em um de seus artigos assim:

O poder familiar não é o exercício de uma autoridade, mas de um encargo imposto pela paternidade e maternidade, decorrente da lei. Na noção contemporânea, o conceito transfere-se totalmente para os princípios de mútua compreensão, a proteção dos menores e os deveres inerentes, irrenunciáveis e inafastáveis da paternidade e maternidade.⁶⁰

Nada mais é que deveres, direitos e responsabilidades impostas aos pais para serem efetuadas com seus filhos. O Código Civil elenca muito bem os esses atos, em especial no artigo 1.634:

Compete aos pais, quanto à pessoa dos filhos menores:

I – dirigir-lhes a criação e educação;

II – tê-los em sua companhia e guarda;

III – conceder-lhes ou negar-lhes consentimento para casarem;

IV – nomear-lhes tutor por testamento ou documento autêntico, se o outro dos pais não lhe sobreviver, ou o sobrevivente não puder exercer o poder familiar;

V – representá-los, até os dezesseis anos, nos atos da vida civil, e assisti-los após essa idade, nos atos em que forem partes, suprindo-lhes o consentimento;

VI – reclamá-los de quem ilegalmente os detenha;

VII – exigir que lhes prestem obediência, respeito e os serviços próprios de sua idade e condição;

As normas impõem o sentido de proteger o menor no âmbito familiar, resguardando seu desenvolvimento. Estabelecidos o papel do Estado de controlar se esses atos estão sendo cumpridos ou não. Ressaltando que os pais têm autonomia na criação das crianças sem interferência.

Além do mais, ao decorrer das mudanças já citadas entre os códigos, tem a alteração que prevalece equidade entre o casal, igualdade perante o foro para seu divórcio, no caso esta mudança é estabelecida pelo Código de Processo Civil.

Acontece que, o artigo 54 do Código de Processo Civil de 2015, altera o Código de Processo Civil de 1973, cujo elenca em seu artigo 100, inciso I que o foro competente para ações de desquite e anulação de casamento era da residência da mulher.

Já no artigo 53 do Código de Processo Civil, dispõe três novas aberturas para tais ações, a primeira é no caso de possuírem filhos, e com isso possibilita a ação no domicílio do filho incapaz, a segunda é no

último domicílio do casal quando não houver filhos incapazes e a terceira no domicílio do réu no caso de nenhum deles residirem no domicílio antigo.

Art. 53. É competente o foro:

I - para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável:

- a) de domicílio do guardião de filho incapaz;
- b) do último domicílio do casal, caso não haja filho incapaz;
- c) de domicílio do réu, se nenhuma das partes residir no antigo domicílio do casal;

Mudança essa bem impactante para a igualdade, segundo as palavras do Defensor Público Aroldo Maciel,

Percebe-se que, ao confeccionar o novo Código Subjetivo Civil/2015, o legislador fez valer a evidente discussão acerca do Princípio da Igualdade de Gêneros, máxima que infirma distinções de tratamento entre homens e mulheres. Esse mandamento de ordem genérica estabelece que homens e mulheres devam ser tratados de forma igualitária, resguardadas as devidas particularidades, mormente no âmbito jurídico-processual.⁶¹

Outra alteração, também em questão de igualdade é a modificação de nome no momento do casamento, apresentando a possibilidade do marido escolher se quer acrescentar o nome da esposa ou não, além de ser autonomia de vontade é opção de ambos quem colocará ou não.

Esta mudança se deu através do Código Civil, que em seu artigo 1.565, §1º, extinguiu assim o que regia o anterior, cujo era obrigação da mulher em acrescentar o nome de seu marido.

Art. 1.565. Pelo casamento, homem e mulher assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família. § 1º Qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescer ao seu o sobrenome do outro.

Conforme o artigo, a autora Erika Nicodemos remete a uma observação relevante,

Cumpre observar que os nubentes devem decidir sobre a alteração do sobrenome durante a fase de habilitação para o casamento, informando ao Cartório de Registro Civil competente o nome que passarão a usar a partir do matrimônio. Em face disso, uma dúvida que surge é se seria possível que os cônjuges incluíssem os nomes de família um do outro após a fase de habilitação, ou seja, depois da celebração do casamento.⁶²

A autora também indaga não está prevista em lei, mas em jurisprudências tem admitido a questão de acrescentar após o casamento, porém nesta possibilidade é necessário mover uma ação para a obtenção da autorização judicial.

Além do mais, outra mudança trazida pelo Código Civil se dá com o reconhecimento da união estável sendo entidade familiar, elencando os requisitos necessários no artigo 1.723. Devendo ser duradoura, contínua, pública e com objetivo de constituir família.

Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

Ressalta-se que a união estável não faz alteração no estado civil da pessoa, a mesma continua como “solteira”. Temos também o reconhecimento das famílias paralelas, que são famílias simultâneas, cujo um dos cônjuges pode obter mais de uma família ao mesmo tempo. Conforme o autor Carlos Eduardo citado no artigo do grupo Direito Familiar,

As uniões paralelas são aquelas que acontecem simultaneamente. A “simultaneidade familiar diz respeito à circunstância de alguém se colocar concomitantemente como componente de duas ou mais entidades familiares diversas entre si”. Ou seja, é a situação em que uma mesma pessoa possui duas uniões ao mesmo tempo, mas uma teve início antes da outra.⁶³

Mesmo que isso pareça errado perante o ordenamento jurídico, existem jurisprudências que permitem esta relação, diante que existem provas para tal indagação. O artigo citado anteriormente visa que existem três correntes para tal assunto, sendo elas.

1. As uniões paralelas não podem ser reconhecidas: se uma pessoa é casada ou vive em união estável e mantém outro relacionamento paralelo, mesmo que tal relação seja duradoura e dela advenham filhos, não há a possibilidade de reconhecer o relacionamento como uma entidade familiar. 2. Possibilidade de reconhecimento da união estável de quem estiver de boa-fé: o reconhecimento das uniões paralelas deve considerar a existência de união estável somente quando um dos membros da família é impedido de iniciar outro relacionamento (por já estar em uma relação anterior) e o outro, apesar disso, acredita que não há impedimento. Assim, para aquele que estiver de boa-fé dentro da relação, ela será reconhecida e produzirá efeitos. Isso porque se pretende, por exemplo, evitar o enriquecimento indevido daquele que foi infiel. O princípio da monogamia, portanto, é relativizado. Se da relação resultou a aquisição de patrimônio por esforço comum, tal situação será regulada pelo direito civil (e não familiar). O princípio da monogamia (que veda mais de uma união) deve prevalecer. 3. Todas as uniões poderiam ser reconhecidas: o conhecimento sobre uma união anterior “não pode ter o condão de tornar juridicamente irrelevante a existência de família constituída em concomitância com a originária”. Para os adeptos deste pensamento, a monogamia deve ser considerada somente uma regra moral, mas não um princípio no qual se baseia o Direito.⁶⁴

Pode-se dizer que o assunto ainda está em discussão tanto moral como legislativa. Até porque em posicionamento jurídico, pode advir de consequências negativas ou positivas para ambos os cônjuges que escolhem atribuir a sua vida a esta ação.

Por fim, tem a modificação relacionada à guarda compartilhada entre os cônjuges, cujo guarda anterior era em regra estipulada da guarda unilateral, que disponibilizava o menor a viver com apenas um dos cônjuges.

Ocorria que na guarda unilateral disposta para apenas um dos cônjuges, o outro participava apenas como segundo plano, apenas supervisionava o que acontecia na vida do filho, não tinha participação nas responsabilidades necessárias.

Já na guarda compartilhada, dispõe de igualdade perante os pais, estabelecendo que a figura masculina tenha participação ativa na criação de seus filhos. Elencada na Lei nº 13.058, de 22 de dezembro de 2014.

Nos dizeres da advogada Paula Fogli,

Conceitualmente, o Direito de Família propõe o compartilhamento igualitário entre os pais, da convivência e de TODAS as responsabilidades relacionadas aos menores. Neste mecanismo, ambos os pais são Guardiões da criança, e precisam alinhar seus posicionamentos para atender o melhor interesse dos menores.⁶⁵

Em complemento, Fernando Nobre diz,

As mudanças impostas pela sociedade atual, tais como inserção da mulher no mercado de trabalho e a existência de uma geração de pais mais participativos e conscientes de seu papel na vida dos filhos, vem dando a ambos os genitores a oportunidade de exercerem, em condições de igualdade, a guarda dos filhos comuns. Ademais, com a nova tendência de constitucionalização do direito de família, da criança e do adolescente, a questão da guarda deve ser analisada atualmente com base nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, igualdade entre homens e mulheres e supremacia do melhor interesse do menor.⁶⁶

Visto que a guarda compartilhada deve ser obtida perante os princípios da dignidade da pessoa humana, igualdade entre os pais e o interesse do menor. Podendo ser estabelecida por acordo consensual, por ação autônoma quando não estipulada no divórcio ou determinação judicial, elencados no artigo 1.584 do Código Civil 2002.

4.4. PROCEDIMENTOS JUDICIAIS – CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

Sabe-se que os conflitos familiares necessitam de extrema atenção, sendo os conflitos que mais afetam a afetividade e a saúde mental (psicologicamente), e para chegarem ao ponto de serem tratados na Justiça, foi demandando muito sofrimento no percurso. Com isso, o Poder Judiciário se absteve de uma postura mais serena, mais tranquila que nos demais.

Os procedimentos judiciais estão elencados no capítulo X do Código de Processo Civil/2015, nos artigos 693 a 699, para as ações de família de forma contenciosa (em que não há acordo prévio) e no artigo 733 e seguintes para ações de forma voluntária, sem litígio.

Com tudo, o Código de Processo Civil adota o modelo multiportas de processo civil, que nada mais é, que as tentativas de técnicas e métodos para solucionar um conflito de forma consensual, isso para não desgastar tanto as partes envolvidas.

Afirmção essa em favor das palavras de João Luiz, “O NCPC traz a integração dos meios de resolução de disputas, efetivamente adotando o modelo multiportas. Pelo procedimento comum todos os casos transacionáveis serão encaminhados para mediação ou conciliação antes de prosseguirem para julgamento”⁶⁷.

Os casos transacionáveis são os casos que conseguem obter um acordo mediante as partes, com o consenso de uma ou de todas, nas maiorias das vezes cedendo, buscando o fim para o litígio nos procedimentos de mediação e conciliação.

Embora já mencionado sobre esses dois procedimentos, vale ressaltar e frisar sempre que possível. São dois meios de resolver conflitos nas ações de família, através de um terceiro buscando o consenso das partes, a harmonia, a celeridade do processo e a facilidade.

Sobre a mediação e conciliação, são pressupostos da primeira fase determinada pelo procedimento comum, cujo é voltada para esforços de solucionar os conflitos consensualmente e a segunda fase é a sobre a parte litigiosa. No Código de Processo Civil é observado que ambos os meios são priorizados para tal atividade.

Como menciona o autor João Luiz,

O objetivo de se adotar um modelo de mediação ou conciliação quase obrigatórias no procedimento comum, para os casos transacionáveis, é implantar o modelo multiportas e levar as partes a terem contato com as técnicas de negociação assistida, propiciando a efetiva solução adequada dos conflitos. Sob este viés, é parte do esforço de difusão de uma nova cultura sobre a resolução de disputas.⁶⁸

Os mecanismos de consenso partem da premissa de que as partes têm maior poder e participação nos próprios conflitos, pois eles se tornam autores de resoluções. Negociar um acordo é um pré-requisito para a franqueza, e essa franqueza geralmente envolve o reconhecimento de que a outra parte também está correta. Não há necessidade de vencedores e perdedores, os resultados e soluções devem ser aceitáveis para ambas as partes.

Diante disso, segue o conceito de mediador e conciliador nos significados da autora Elisângela Soares,

O mediador é apenas um facilitador, que direciona seus esforços no aprimoramento da comunicação dos mediandos. Não lhe é lícito oferecer opções de acordo. Essa característica passiva do mediador é o principal diferencial entre a mediação e a conciliação. Esta tem como condutor um profissional ativo, que dirige uma atividade mais dinâmica. Não tem a intenção de recuperar o diálogo entre os participantes, concentrando-se exclusivamente na questão objetiva, isto é, no conflito. Esgotadas sem sucesso as opções de propostas sugeridas pelos participantes da sessão de conciliação, o conciliador, diferentemente do mediador, poderá oferecer novas alternativas, levando em consideração sua perspectiva externa do conflito ou critérios objetivos, também externos, que sejam aceitos pelas partes. [...] Enquanto na mediação a autoria dos mediandos na construção do acordo é absoluta, na conciliação poderá ser mitigada pela participação ativa do conciliador no momento da negociação. O conciliador não tem a preocupação com a restauração do diálogo. Inexistindo, destarte, comunicação entre as partes, impõe-se-lhe um papel mais participativo, que preencha a lacuna decorrente da ausência de negociação direta. Na conciliação, restringe-se parcialmente, pois uma das vantagens dos métodos autocompositivos, que é a colaboração das partes na construção de acordo que entendam ser adequado aos seus interesses.⁶⁹

Além do mais, no ano de 2010 foi instituída a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses, a Resolução nº 125. “A Resolução consiste em um conjunto de ações que visa a dar cumprimento aos objetivos estratégicos do Poder Judiciário, ou seja, eficiência operacional, ampliação do acesso ao sistema de Justiça e responsabilidade social, de maneira eficaz e harmônica.”⁷⁰

Tem por objetivo de consolidar uma política permanente de incentivo e aprimoramento dos mecanismos de resolução de disputas acordados entre si, e não apenas de ações pontuais. O conceito de permanência fornece uma perspectiva de segurança e de longo prazo para que o tribunal e seus usuários possam formular ações firmes e revisar orientações quando necessário.

Por fim, mediante o estado de calamidade que está acontecendo há aproximadamente dois anos, os advogados tiveram que se adequar a realidade vivenciada, não apenas eles, mas todo o ordenamento jurídico em si.

Especificando os advogados, pois são a porta voz das partes que buscam solucionar litígios, conforme palavras do Luiz Cláudio Duarte,

É nesse cenário que os advogados deverão buscar os meios autocompositivos de resolução de conflitos, notadamente através de Plataformas online, permitindo o seu atendimento aos clientes de maneira virtual, sem colocar em risco a propagação do novo coronavírus. Através dessa nova ferramenta, um terceiro imparcial e sem poder decisório, atuará de maneira inteiramente virtual, facilitando o diálogo, aproximando as partes e seus advogados, sem a

necessidade de encontros físicos, ajudando na construção do acordo, pacificando a questão em ambiente seguro e totalmente sigiloso.⁷¹

Visto que a adequação se fez necessária para que nenhum cidadão fique desamparado sem acesso de uma forma para solucionar seus conflitos e também para que os operadores do direito continuassem assegurando a ordem pública.

4.5. JULGADOS

Na verdade, o intuito da obra é tentar demonstrar que no Direito de Família a igualdade entre os pais (homem e mulher) ganhou sua atenção. Embora que em muitos processos a guarda fica com a mãe, por ter sua “predominante” exposição de ser a cuidadora, devida sua determinação no passado, a figura masculina está ganhando o lugar que é seu por direito. Já que deve ser salientado o melhor interesse da criança, e não o dos pais.

Sabe-se que os processos relacionados aos pequenos são de segredo de justiça, porém conseguimos estudar alguns casos em aberto. Por exemplo, o caso⁷² dos artistas Adriana Bombom e Dudu Nobre. Cujo Dudu alegou que suas filhas estavam correndo risco de vida e que a mulher não deixava ver as meninas, embora que vale lembrar que a mesma possuía uma vida corrida.

A Juíza do caso negou a guarda definitiva das filhas para a mãe e estipulou para Dudu Nobre, sendo a guarda compartilhada, determinando dias para os pais conviverem com suas filhas.

Exemplificando outro caso que o melhor interesse da menor prevaleceu é a seguinte ementa, cujo relata que a criança enquanto morava com sua mãe sofria violências, com isso a modificação da guarda se fez necessária para que com seu pai, pois indicava elementos mais harmônicos para sua criação,

ACÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE GUARDA. CRIANÇA VÍTIMA DE ESTUPRO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA DEFERIDA EM FAVOR DO PAI. ELEMENTOS QUE INDICAM QUE O GENITOR OFERECE UM AMBIENTE MAIS HARMÔNICO E REGRADO. INDÍCIOS DE ALIENAÇÃO PARENTAL PRATICADA PELA GENITORA. PROTEÇÃO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. A modificação de guarda deve ser deferida ao genitor se ele exibe melhores condições de propiciar ambiente mais harmônico e adequado para o desenvolvimento da menor. O interesse a ser resguardado é sempre o do infante.⁷³

Outro caso também, com a mesma finalizada, modificação de guarda, embora este predominou o interesse das filhas em ficar com seu genitor pois foi analisado provas cujo comprovaram melhores condições para atender os interesses das infantes, sem contar na alienação parental que estava acontecendo por parte da genitora, segue ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE GUARDA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE, EM AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA INEXITOSA, APÓS A OITIVA DE UMA DAS IRMÃS, DEFERE A GUARDA PROVISÓRIA DAS DUAS EM FAVOR DO GENITOR. RECURSO AVIADO PELA MÃE. IMPUTAÇÃO DA PRÁTICA DE ATOS DE ALIENAÇÃO PARENTAL DESPIDA DE COMPROVAÇÃO. PROVAS QUE REVELAM AS MELHORES CONDIÇÕES DO PAI QUANTO À SATISFAÇÃO DOS INTERESSES DAS MENORES. DESEJO MANIFESTADO DE FORMA COERENTE PELA FILHA MAIS VELHA, NO SENTIDO DE PERMANECER SOB A GUARDA DO GENITOR, QUE NÃO DEVE SER IGNORADO. ESTUDO SOCIAL REALIZADO NO CURSO DA INSTRUÇÃO QUE ENCORPOU A PROVA JÁ PRODUZIDA, DENOTANDO O ACERTO DA DECISÃO AGRAVADA. RECLAMO DESPROVIDO. Ainda que as alterações liminares de guarda devam ser evitadas, tanto quanto possível, a presença de indícios suficientemente fortes quanto ao pleito de modificação formulado pelo genitor não-guardião, que manifestam tanto a sua melhor capacidade de atender aos interesses das infantes, quanto a carência de condições psicológicas e financeiras da mãe para proceder de igual forma, recomendam o deferimento da medida, máxime quando ratificados pelo desejo verbal e emocionadamente manifestado pela criança de não retornar aos cuidados da genitora.⁷⁴

Mesmo que a guarda compartilhada seja a mais utilizada no ramo, tem casos que a alteração é necessária para o melhor interesse da criança, no caso a seguir foi estipulado guarda unilateral em favor do genitor, pois a compartilhada não estava suprimindo as necessidades do menor e o comportamento da genitora não era o mais adequado para o convívio com seu filho, segue ementa,

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE ALTERAÇÃO DE GUARDA. COMPARTILHADA PARA UNILATERAL EM FAVOR DO GENITOR. ADEQUAÇÃO, NO CASO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1. Caso em que os genitores entabularam acordo no sentido do compartilhamento da guarda da filha menor, ajuste que restou homologado judicialmente, vindo o genitor posteriormente a postular o exercício da guarda de forma unilateral. 2. Os elementos probatórios carreados ao feito revelaram que o regime estabelecido não estava atendendo aos interesses da infante, especialmente em face do comportamento negligente da genitora, que vinha sendo acompanhada pelo Conselho Tutelar, o que acarretou a alteração provisória do encargo unilateralmente em favor do genitor, arranjo tornado definitivo na sentença, que deve ser mantido, com amparo na prova técnica. APELO DESPROVIDO.⁷⁵

Agora um caso onde a guarda da criança foi deferida ao pai, estabelecendo direito de visita a mãe com monitoramento, já que não tinha vínculo de convivência com o menor e o ele a tinha como desconhecida, por conta da ausência, segue ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE GUARDA E RESPONSABILIDADE. GUARDA DEFERIDA AO PAI. DIREITO DE VISITAÇÃO ESTABELECIDO EM FAVOR DA MÃE. IRRESIGNAÇÃO DO GENITOR. PEDIDO DE MONITORAMENTO DAS VISITAS EM FACE DA AUSÊNCIA COMPLETA DA FIGURA MATERNA E DA IDADE DO INFANTE. CRIANÇA COM APENAS UM ANO E DEZ MESES DE IDADE QUE TEM A GENITORA COMO UMA ESTRANHA. NECESSIDADE DE AS VISITAS OCORREREM SOB MONITORAMENTO, ATÉ A CRIAÇÃO DE VÍNCULO AFETIVO ENTRE MÃE E FILHO. RECLAMO PROVIDO. Positivando os elementos probantes não ter o menor,

ainda de tenra idade, mantido desde o seu nascimento qualquer convívio com a genitora, embora à essa, ainda assim, seja assegurado o direito de visita, recomenda a prudência que essas visitas ocorram mediante acompanhamento paterno, até a criação de vínculo afetivo entre mãe e filho, circunstância essa a ser verificada mediante estudo social do caso.⁷⁶

Além do mais, existem casos que relatam condenação de alimentos perante a genitora, isso induz que o dever de alimentar os filhos é de ambos os pais, não especificando exclusivamente o homem, segue ementa:

AÇÃO DE ALIMENTOS – GUARDA DO FILHO TRANSFERIDA AO GENITOR – CONDENAÇÃO DA MÃE DO MENOR A PRESTAR ALIMENTOS – QUANTUM. 01. O DEVER DE ALIMENTAR OS FILHOS É DE AMBOS OS GENITORES, DEVENDO A VERBA ALIMENTÍCIA SER FIXADA DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO MENOR E AS RESPONSABILIDADES DE QUEM DEVE PRESTÁ-LOS. 02. O VALOR ARBITRADO NÃO MERECE REPAROS, POIS NÃO CONSTITUEM NEM A METADE DA QUANTIA NECESSÁRIA AO PAGAMENTO DAS DESPESAS DO MENOR, ALÉM DO QUE, RESTA COMPRADO A CAPACIDADE DA APELANTE EM PODER ARCAR COM ESTE VALOR. 03. DEFERIDO OS BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA, APLICÁVEL AO CASO O ART.⁷⁷

Outro caso relacionado a alimentos perante a mãe juntamente com a guarda que foi modificada perante vontade manifestada pelo filho, guarda esta exclusiva ao pai, com isso obteve exoneração dos alimentos e transferidos para a mãe, segue ementa:

CIVIL. FAMÍLIA. AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE GUARDA E DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS E AÇÃO DE ALIMENTOS. GUARDA COMPARTILHADA ENTRE OS GENITORES. ALTERAÇÃO PARA GUARDA EXCLUSIVA PATERNA. VONTADE MANIFESTADA PELO FILHO ADOLESCENTE. EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS EM RELAÇÃO AO PAI. ÔNUS TRANSFERIDO PARA A MÃE. QUANTUM. SENTENÇA MANTIDA. 1 - Pela doutrina da proteção integral à criança e ao adolescente (art. 227, da CF/88 e art. 1º, do ECA), ao se decidir acerca das questões que os envolvam, impõe-se aplicar o princípio do melhor interesse destes. 2 - Deve ser autorizada a modificação de guarda compartilhada quando a animosidade existente entre mãe e filho e a opção deste em ficar sob a guarda exclusiva paterna, forem confirmadas em estudo psicossocial realizado no caso concreto. 3- Modificada a guarda, com alteração do lar de referência, deve o genitor, que antes era obrigado a prestar alimentos, ser exonerado dessa obrigação e, por consequência, deve a genitora arcar com os alimentos mensais em prol do seu filho, observando, no entanto, o binômio necessidade do alimentando e capacidade da alimentante. 4 - Negado provimento aos apelos interpostos.⁷⁸

Observa-se que em todos os casos lidos e relidos tem como principal objetivo o melhor interesse do menor, independente da idade do mesmo será analisado qual âmbito lhe dá melhor apoio familiar para seu desenvolvimento.

De certa forma o Princípio do Melhor interesse do Menor, se fez valer para o Princípio da Igualdade, pois o que importa nos casos de família é como será o convívio do menor, qual ambiente lhe proporcionará melhor qualidade de vida.

O entendimento de que apenas a figura materna possa obter da guarda de seus filhos ficou no passado, pois as alterações legislativas permitiram maior participação da figura paterna perante seus filhos, sendo que em questão de igualdade, os homens e as mulheres possuem capacidade plena de exercer todas as atividades do ambiente familiar.

Conforme André Felipe visa,

A inovação legislativa decorre da alteração da concepção patriarcal de família vigente no sistema anterior para observar o direito fundamental à igualdade entre os cônjuges. A igualdade de direitos entre cônjuges decorre do texto do Preâmbulo¹⁴ e artigo XIV¹⁵ da Declaração Internacional de Direitos Humanos de 1.948¹⁶, do artigo 3º do Pacto Interamericano de Direitos Civis e Políticos (PIDCP)¹⁷, do artigo 1º da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher de 1979, dos artigos 1º, III¹⁸, 3º IV¹⁹, 5º, I²⁰ e 226, § 5º²¹, da Constituição da República de 1.988 e do artigo 1.511²² do Código Civil de 2.002 e do artigo 2123 da Lei 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente), modificando semanticamente (e teleologicamente) a expressão “pátrio poder” por “poder familiar”.⁷⁹

Entretanto, não se deve remeter ao sinônimo “poder” com autoridade, e sim cientificar como possível aumento de afetividade mútua, de explicar e ensinar valores, atribuir conhecimento, estabelecer diálogos de limites, para assim estabelecer uma boa e saudável relação entre todos, não se esquecendo das responsabilidades necessárias.

5. CONCLUSÃO

Com o presente trabalho buscou o estudo da igualdade entre os cônjuges especialmente no que tange o direito de guarda, visitas e alimentos dos filhos quando pendente situação de divórcio, para isso o trabalho se dividiu em três tópicos, buscando esclarecer e expor de forma eficiente e clara o assunto mencionado e respondendo a questão levantada na introdução.

No primeiro tópico foram demonstrados os princípios civis e constitucionais referentes ao direito da família. O direito de família é regido por diversos princípios, destacando-se entre eles a igualdade familiar e a cooperação, que prega que os cônjuges possuem direitos iguais e têm o dever de cooperação mútua, o que deve fortalecer as relações familiares.

Outro princípio a ser levado em consideração é o princípio da igualdade, trazido pela Constituição Federal, que prega que não existe diferença em relação a direitos ou obrigações, seja por raça, gênero,

etnia, credo ou sexualidade. Nesse sentido vale mencionar que a possibilidade do genitor manter a guarda bem como o direito à pensão alimentícia dos filhos é claro.

As ações de família, quando da existência de filhos menores, reger-se-á principalmente pelo princípio do menor interesse do menor, ou seja, ao avaliar o processo o juiz deverá proceder ao julgamento no sentido mais favorável ao menor, seja tanto no sentido patrimonial, como moral e de afeto, buscando proporcionar às crianças uma forma segura de crescimento e formação da sua personalidade enquanto pessoa.

A igualdade entre os cônjuges transcende o direito de família, começa no direito constitucional onde prega a igualdade entre gêneros. A igualdade é um dos princípios basilares do direito brasileiro, ou seja, ele serve como parâmetro para a aplicação dos direitos de forma igualitária e isonômica.

Isso significa que a Constituição, bem como a norma infraconstitucional estabelecerá situações diferentes para pessoas em situação de desigualdade, buscando trazer essas pessoas para situação de igualdade. Aplica-se a máxima do direito: tratar iguais como iguais e desiguais como desiguais na medida de suas desigualdades.

Como já mencionado deve sempre, nos casos de direito familiar, ser levado em consideração o melhor interesse do menor, ou seja, a guarda da criança e do adolescente não deve ser determinada com base no sexo do cônjuge detentor da guarda e sim deve ser determinado com fundamento na qualidade de vida que o menor pode vir a ter, bem como qual dos cônjuges pode auxiliar de maneira mais eficaz na criação e formação da criança.

Nesse sentido, o presente trabalho é plenamente possível que a guarda e os demais direitos referentes ao menor no direito de família, sejam decretados em favor do cônjuge varão em atenção à igualdade em que são colocados. O respeito à igualdade trazida pela constituição federal embasa a possibilidade de que o genitor também possa possuir a guarda e direito à pensão alimentícia.

Com tudo, a evolução das normas foi de suma importância para tal direito trazendo as questões de soluções de conflitos, a mediação e a conciliação, técnicas essas que buscam solucionar de melhor forma os impasses entre as partes, tentando por meio de um consenso soluções práticas de comum acordo.

Sabendo que o âmbito da família não carrega muita pacificação, pois envolve relações psicológicas e tudo mais, os meios de solucionar demandam para resolver em total equilíbrio com celeridade e efetivação de tais atos.

A celeridade foi implementada também na questão da adoção, cujo com a nova lei, Lei nº 13.509/17, que busca a celeridade processual para que o menor que esteja desamparado consiga o mais rápido possível um lar com afeto para atribuir em seu crescimento.

Ressalta-se também que na adoção a igualdade se faz valer, pois para se adotar, precisa preencher apenas requisitos que estão elencados no Estatuto da Criança e do Adolescente. Onde dispõe que sendo maior de 18 anos e independente do estado civil pode se fazer beneficiário do ato.

Em questão dos casais, deve-se constituir casamento ou união estável. Desta união pode-se dizer que podem quaisquer gêneros, cujo até mesmo os casais homoafetivos, que já são admitidos perante a lei.

Com tudo para indagar a possível questão; o último tópico, sendo ela: “Como vem sendo aplicado à igualdade dos genitores/responsáveis nos conflitos existentes nas ações de família?” É o que traz referências ao conceito de gêneros e explica a questão da equiparação perante o ordenamento.

Foi observado que mediante ao ordenamento jurídico, tivemos diversas alterações no que diz respeito ao próprio texto de lei, onde se lia que era questão única do homem, modificou para questão de ambos, isso no entendimento amplo.

Mediante isso, foi observado que o legislador teve um olhar mais amplo perante os casos de famílias para solucionar com sabedoria, com isso se baseia nos principais princípios que já mencionado considerando o mais importante o do melhor interesse do menor.

O princípio este que predomina o lado mais viável para as crianças, o lado que irá proporcionar melhor conforto, melhor estadia, melhor ambiente para seu crescimento. Não se esquecendo de que independente da parte que ficar, a outra tem seus devidos direitos resguardados pela lei, claro, com todo cuidado e atenção com o menor.

Por fim, vem por meio de resposta que, os conflitos nas relações de família vêm sendo solucionados gradativamente em base ao princípio do melhor interesse do menor mesmo em tempos de pandemia, pois independente se seja mãe ou pai, o juízo irá analisar qual parte se enquadra melhor para atender as necessidades da criança. Vale ressaltar que no âmbito jurídico tudo se dá com o tempo, esse assunto não seria diferente, isto é, ao longo dos dias o tema se torna mais abrangente.

6. REFERÊNCIAS

¹ALMEIDA, Guilherme Weber Gomes de. Evolução histórica do direito de família no ordenamento jurídico brasileiro. Conteúdo Jurídico. 2013. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/36245/evolucao-historica-do-direito-de-familia-no-ordenamento-juridico-brasileiro> . Acesso em 12/06/2021.

^{7,8,12,13,14}BARRETO, Clarissa Meyer. Evolução Histórica do Direito de Família no Ordenamento Jurídico. Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA – Assis, 2014. [recurso eletrônico]. Disponível em: <https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/1011300543.pdf> Acesso em: 20/03/2021

^{9,10,11}BARRETO, Luciano Silva. Evolução Histórica e Legislativa da Família. p. 209. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperfeicoamentodemagistrados/paginas/series/13/volume1/10anosdocodigocivil_205.pdf Acesso em: 20/03/2021.

⁶BORGES, Gabriella Carvalho. Histórico do Direito de Família no ordenamento jurídico brasileiro. Jus.com.br. 2016. [recurso eletrônico]. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/56158/historico-do-direito-de-familia-no-ordenamento-juridico-brasileiro> . Acesso em: 20/03/2021.

^{51,54}BRANDÃO, Delano Câncio. Relações de gênero: Análise histórica e jurídica das relações de gênero. Âmbito Jurídico. 2010. [recurso eletrônico]. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-77/relacoes-de-genero-analise-historia-e-juridica-das-relacoes-de-genero/> . Acesso em: 15/06/2021

⁷⁶BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina TJ-SC - Agravo de Instrumento : AI 20130488424 Blumenau 2013.048842-4. Jusbrasil. 2014. Disponível em: <https://tj-sc.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/945788606/agravo-de-instrumento-ai-20130488424-blumenau-2013048842-4> . Acesso em 13/06/2021

⁷⁴BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina TJ-SC - Agravo de Instrumento : AI 4002236-18.2017.8.24.0000 Maravilha 4002236-18.2017.8.24.0000. Jusbrasil. 2017. Disponível em: <https://tj-sc.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/517076290/agravo-de-instrumento-ai-40022361820178240000-maravilha-4002236-1820178240000> . Acesso em: 13/06/2021.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina TJ-SC - Apelação Cível : AC 20120657813 Criciúma 2012.065781-3. Jusbrasil. 2013. Disponível em: <https://tj-sc.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1100533418/apelacao-civel-ac-20120657813-criciuma-2012065781-3> . Acesso em 13/06/2021.

⁷⁷BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios TJ-DF - Apelação Civil: AC 20020110196156 DF. Jusbrasil. 2005. Disponível em: <https://tj-df.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/2934701/apelacao-civel-ac-20020110196156> . Acesso em: 13/06/2021.

^{73,78}BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios TJ-DF : 0728891-43.2018.8.07.0016 - Segredo de Justiça 0728891-43.2018.8.07.0016. Jusbrasil. 2020. Disponível em: <https://tj-df.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1108540032/7288914320188070016-segredo-de-justica-0728891-4320188070016> . Acesso em: 13/06/2021

⁷⁵BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul TJ-RS - Apelação Cível : AC 0435563-58.2015.8.21.7000 RS. Jusbrasil. 2016. Disponível em: <https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/928549677/apelacao-civel-ac-70067501858-rs> . Acesso em: 13/06/2021

^{56,57}D'OLIVEIRA, Maria Christina Barreiros. Breve análise do Princípio da Isonomia. Disponível em: http://institutoprocessus.com.br/2012/wp-content/uploads/2011/12/3_edicao1.pdf . Acesso em: 15/05/2021

^{34,35,36,46,47,48}DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias [livro eletrônico]. Revista dos Tribunais. São Paulo, 2016, 4 ed. em e-book baseada na 11 ed. impressa.

^{63,64}DIREITO FAMILIAR. O que são uniões paralelas? Jusbrasil. 2017. [recurso eletrônico]. Disponível em: <https://direitofamiliar.jusbrasil.com.br/artigos/489085634/o-que-sao-unioes-paralelas> . Acesso em 16/06/2021

DUARTE, Luiz Cláudio. A resolução dos conflitos durante a pandemia da covid-19. Portal OAB Goiás. [recurso eletrônico]. Disponível em: <https://www.oabgo.org.br/oab/publicacoes/opinio/a-resolucao-dos-conflitos-durante-a-pandemia-da-covid-19-luiz-claudio-duarte/> . Acesso em 16/06/2021

⁶⁰FERREIRA, Lorena Cristina. Do poder familiar: evolução. 2016. [recurso eletrônico]. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/54649/do-poder-familiar-evolucao#:~:text=1.631%3A%20durante%20o%20casamento%20e,o%20outro%20exercer%C3%A1%20com%20exclusividade.&text=Mesmo%20os%20pais%20estando%20separados,%C3%A9%20exercido%20exclusivamente%20pelo%20outro>. Acesso em: 15/05/2021

⁶⁵FOGLI, Paula. Alteração da Guarda Compartilhada. Migalhas. 2016. [recurso eletrônico]. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/243838/alteracao-da-guarda-compartilhada> . Acesso em: 16/06/2021.

^{15,16,17}FREIRE, Kaíque. Resumo: Princípios Norteadores do Direito de Família. Jusbrasil. 2016. [recurso eletrônico]. Disponível em: <https://kaiquefreire3.jusbrasil.com.br/artigos/323429513/resumo-principios-norteadores-do-direito-de-familia>. Acesso em: 20/03/2021

⁵⁹GARBI, Carlos, Alberto. IGUALDADE ENTRE OS CÔNJUGES - AS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES APÓS A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Revistas dos Tribunais. Doutrinas Essenciais Família e Sucessões | vol. 1 | p. 669 - 694 | Ago / 2011. [recurso eletrônico]. Disponível em:

www.revistadostribunais.com.br. Acesso em: 16/05/2021.

^{3,4,40,41,42,43}GOLÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro, volume 6: Direito de família – 16. ed. – São Paulo, Saraiva Educação, 2019. P. 347.

⁵⁸GONÇALVES, Rogério Magnus Varela. Princípio Constitucional da Igualdade. Revista

Direito e Desenvolvimento – a. 1, n. 2, julho/dezembro 2010. Disponível em:

<https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/152/135>Acesso

em: 15/05/2021.

⁴⁹GUEDES, M^a Eunice Figueiredo. Gênero, o que é isso? SciELO Brazil. Brasília, vol. 15, nº 1- 3, 1995. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98931995000100002&script=sci_arttext . Acesso em: 13/05/2021.

^{44,45}KUMPEL, Vitor Frederico; GARCIA, Beatriz Batista. A lei 13.509/2017 e a ressurreição da adoção. Migalhas. 2018. [recurso eletrônico]. Disponível

em::https://www.migalhas.com.br/coluna/registrarhas_/272501/a-lei-13-509-2017-e-a-ressurreicao-da-adocao Acesso em: 12/06/2021.

⁷⁰LEVY, Fernanda; et al. Resolução n.125 do Conselho Nacional de Justiça: Leitura

Comentada. Mediare. 2011. [recurso eletrônico]. Disponível em:

<https://mediare.com.br/resolucao-n-125-do-conselho-nacional-de-justica-leitura-comentada/> .

Acesso em: 16/06/2021

^{18,19}LIMA, Danilo Melgaço. A concepção atual de entidade familiar e a possibilidade de reconhecimento de uma união estável concomitante. Âmbito Jurídico. 2015. [recurso eletrônico]. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-138/a-concepcaoatual-de-entidade-familiar-e-a-possibilidade-de-reconhecimento-de-uma-uniao-estavelconcomitante/> Acesso em: 20/03/2021.

²⁰LIMA, Erika Cordeiro de Albuquerque dos Santos Silva. Entidades familiares: um análise da evolução do conceito de família no Brasil na doutrina e na jurisprudência. Âmbito Jurídico. 2018. [recurso eletrônico]. Disponível em:

<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-171/entidades-familiares-uma-analise-daevolucao-do-conceito-de-familia-no-brasil-na-doutrina-e-na-jurisprudencia/> Acesso em: 20/03/2021.

⁶¹MACIEL, Aroldo. O novo CPC/15 acaba com o foro privilegiado da mulher casada. Jusbrasil. 2014. [recurso eletrônico]. Disponível em:<https://aroldosaviogm.jusbrasil.com.br/artigos/308161699/o-novo-cpc-15-acaba-com-o-foroprivilegiado-da-mulher-casada> . Acesso em 16/06/2021.

²⁶MACIEL, Kátia Regina F. L. A. O Estatuto da Criança e do Adolescente no Novo Código

Civil. Anais do EMERJ Debate o Novo Código Civil. [recurso eletrônico]. Disponível em:

https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/anais_onovocodigocivil/anais_especial_2/Anais_Parte_II_revistaemerj_132.pdf . Acesso em: 15/06/2021. p.1

²MADALENO, Rolf. Direito de Família. -10 ed. – Rio de Janeiro, Forense, 2020.

^{37,38,39}MARCATO, Gisele Caversan Beltrami. BONINI, Ianara Hipólito. Obrigação de Alimentos: análise conceitual, principiológica e a inaplicabilidade da teoria do adimplemento substancial.Revista Juris

Unioleto. Araçatuba, 2019. Disponível em: 171 Revista Juris Unioleto, Araçatuba, SP, v. 04, n. 01, p.171-180 .. Acesso em: 24/04/2021.

⁵²MEDEIROS, Leticia; MORAES, Isabela. Gênero: você entende o que significa? Politize!2021. [recurso eletrônico]. Disponível em: <https://www.politize.com.br/vamos-falar-sobregenero/>. Acesso em: 15/06/2021

²⁵MOISES, Carlos. Influência do ECA nos demais ramos de Direito com enfoque no Direito Civil. Jusbrasil. 2015. [recurso eletrônico]. Disponível

em:<https://kacarillos.jusbrasil.com.br/artigos/188576959/influencia-do-eca-nos-demaais-ramos-dodireito-com-enfoque-no-direito-civil> . Acesso em: 15/06/2021

⁵⁰MORAIS, Pâmela. Ideologia de gênero: o que é e qual a polêmica por trás dela? Politize!2018. [recurso eletrônico]. Disponível em: <https://www.politize.com.br/ideologia-de-generoquestao-de-genero/> . Acesso em: 15/06/2021

^{67,68}NETO, João Luiz Lessa. O procedimento especial das ações de família no Novo CPC e a Mediação. RKL advocacia. 2017. [recurso eletrônico] Disponível em:

<https://www.rkladvocacia.com/o-procedimento-especial-das-acoes-de-familia-no-novo-cpc-emediacao/> Acesso em: 17/05/2021.

⁶²NICODEMOS, Erika. Questões relevantes sobre a mudança de sobrenome em virtude do casamento: nome de solteira ou nome de casada? Jus.com.br. 2016. [recurso eletrônico]. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/51712/questoes-relevantes-sobre-a-mudanca-desobrenome-em-virtude-do-casamento-nome-de-solteira-ou-nome-de-casada> . Acesso em:16/06/2021.

⁶⁶NOBRE, Fernando Moreira. Possibilidade de mudança de guarda de filho menor, que vem sendo exercida unilateralmente pela genitora. Jusbrasil. 2017. [recurso eletrônico]. Disponível em: <https://fernandonobre.jusbrasil.com.br/artigos/420892170/possibilidade-demudanca-de-guarda-de-filho-menor-que-vem-sendo-exercida-unilateralmente-pela-genitora> .Acesso em: 16/06/2021

²¹NOGUEIRA, Wesley Gomes. Princípio da proteção integral da criança e do adolescente. Jusbrasil. 2014. [recurso eletrônico]. Disponível

em:<https://wgomes92.jusbrasil.com.br/artigos/140564425/principio-da-protecao-integral-dacriancadoadolescente#:~:text=A%20prote%C3%A7%C3%A3o%20integral%20tem%20como,%C3%A0%20sociedade%20e%20ao%20Estado.&text=O%20princ%C3%ADpio%20da%20prote%C3%A7%C3%A3o%20integral%2C%20em%20s%C3%ADntese%2C%20norteia%20a%20constru%C3%A7%C3%A3o,da%20crian%C3%A7a%20e%20do%20adolescente>. Acesso em:03/06/2021.

^{22,23,24}PINHEIRO, Stephanie. Dever da Família na Efetivação dos Direitos da Criança e do Adolescente. Jurídico Certo. 2017. [recurso eletrônico]. Disponível

em:<https://juridicocerto.com/p/stephanielimapinheir/artigos/dever-da-familia-na-efetivacao-dodireitos-da-crianca-e-do-adolescente-3442> Acesso em: 21/03/2021.

⁷²REDAÇÃO. Adriana Bombom perde a guarda definitiva das filhas para Dudu Nobre e lamenta: “como mãe vocês imaginam como estou. UOL. 2011. Disponível

em:<https://celebridades.uol.com.br/noticias/redacao/2011/10/11/adriana-bombom-perde-a-guardadas-filhas-para-dudu-nobre-e-lamenta-como-mae-voces-imaginam-como-estou.htm> . Acesso em: 18/05/2021.

⁵SANTOS, Luiz Cesar Rocha. A Emenda Constitucional nº 66/2010, o novo divórcio e o fim da separação judicial. Âmbito Jurídico. 2017. [recurso eletrônico]. Disponível em:

<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-159/a-emenda-constitucional-n-66-2010-o-novo-divorcio-e-o-fim-da-separacao-judicial/> Acesso em: 02/04/2021.

⁵³ SILVA, Alex. Conceito de gênero e suas principais relações na sociedade. Jusbrasil. 2017. [recurso eletrônico]. Disponível em: <https://aleksiilva.jusbrasil.com.br/artigos/516164910/conceito-de-genero-e-suas-principais-relacoes-na-sociedade> . Acesso em: 15/06/2021.

⁵⁵ SILVA, Carolina Dias Martins da Rosa e. Igualdade formal x igualdade material: a busca pela efetivação da isonomia. Conteúdo Jurídico. Brasília-DF, Jan. 2017. [recurso eletrônico]. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/48550/igualdade-formal-x-igualdade-material-a-busca-pela-efetivacao-da-isonomia> Acesso em: 23 jun 2021.

^{31,32,33} SIMÕES, Thiago Felipe Vargas. O procedimento dos alimentos no novo Código de Processo Civil. KRL Advocacia. 2017. [recurso eletrônico]. Disponível em: <https://www.rkladvocacia.com/o-procedimento-dos-alimentos-no-novo-codigo-de-processo-civil/> Acesso em: 17/06/2021

⁶⁹ SOARES, Elisângela. A conciliação e a mediação com novas políticas públicas da tratamento dos conflitos. Brasil escola. [recurso eletrônico]. Disponível em:

<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/atualidades/a-conciliacao-mediacao-como-novas-politicas-publicas-tratamento-conflitos.htm> . Acesso em: 16/06/2021

^{28,29,30} STAHELIN, Brenda Schmitt. O novo código de processo civil e o direito de família: reflexos do diploma processual no âmbito jurídico familiar e a aplicabilidade das novas técnicas de resolução de conflitos. Florianópolis, 2018. p. 14. Disponível em:

<https://riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/5835/TCC%20-%20Brenda%20Schmitt%20St%c3%a4helin.pdf?sequence=4&isAllowed=y> . Acesso em: 23/04/2021

⁷⁹ TREDINNICK, André Felipe A.C. GUARDA COMPARTILHADA: o princípio da igualdade dos cônjuges na inteligência do inciso V do artigo 1.634 do Código Civil. IBDFAM. 2015. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/artigos/1073/Guarda+compartilhada:+o+princ%C3%ADpio+da+igualdade+dos+c%C3%B4njuges+na+intelig%C3%Aancia+do+inciso+V+do+artigo+1.634+do+C%C3%B3digo+Civil> Acesso em: 16/06/2021

²⁷ VIANA, Salomão. O Novo CPC e o Direito de Família: Primeiras Impressões. Por Pablo Stolze. Jusbrasil. 2015. [recurso eletrônico]. Disponível

em:<https://salomaoviana.jusbrasil.com.br/artigos/195620876/o-novo-cpc-e-o-direito-de-familia-primeiras-impressoes> Acesso em: 23/04/2021.